

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**SIHAM MOHAMAD BAJA**

**OS INTERESSES DO IRÃ E DA ARÁBIA SAUDITA NA PRIMAVERA ÁRABE SÍRIA**

**Santana do Livramento**

**2019**

**SIHAM MOHAMAD BAJA**

**OS INTERESSES DO IRÃ E DA ARÁBIA SAUDITA NA PRIMAVERA ÁRABE SÍRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Anna Carletti

**Santana do Livramento**

**2019**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

B165i Baja, Siham Mohamad  
Os interesses do Irã e da Arábia Saudita na Primavera Árabe  
da Síria / Siham Mohamad Baja.  
89 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade  
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2019.  
"Orientação: Anna Carletti".

1. Irã. 2. Arábia Saudita. 3. Síria. 4. Primavera Árabe. I.  
Título.

**SIHAM MOHAMAD BAJA**

**OS INTERESSES DO IRÃ E DA ARÁBIA SAUDITA NA PRIMAVERA ÁRABE SÍRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Anna Carletti

Orientadora

(UNIPAMPA)

---

Prof. Dr. Renatho Costa

(UNIPAMPA)

---

Prof. Dr. Flávio Augusto Lira

(UNIPAMPA)

*Dedico este trabalho ao Mundo Árabe, cheio  
de riquezas étnicas e culturais, pouco  
reconhecido e muito sofrido.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a *Allah*, pois sem ele nada neste universo seria possível;

A minha mãe, Ruth Andrea Díaz, por ser uma das mulheres mais fortes do mundo, por me conceder a vida, por me aconselhar desde 1999 e por ser minha treinadora oficial;

Ao meu pai, Mohamad Baja, agradeço por me ensinar que os estudos compensam, mas que o comércio também é sempre uma boa opção. Obrigada, pai, por me ensinar que precisamos manter as nossas vidas na ponta da faca. Com certeza essa foi a minha motivação oficial para concluir este trabalho. Obrigada também por me inspirar a lutar cada vez mais pela libertação da nossa injustiçada terra: a Palestina.

As minhas irmãs, Sameher e Suzen Baja, por dividirem comigo absolutamente todas as dificuldades e vantagens de crescer neste mundo em que vivemos. Obrigada por sempre (tentar) me aconselhar e por me ajudar a trilhar este último ano;

A minha família (Baja, Díaz e Vaz) e aos meus amigos, por acompanhar meu crescimento pessoal e sempre apoiar meu desenvolvimento acadêmico;

A minha orientadora e amiga, Anna Carletti, obrigada por aceitar me conduzir nesta pesquisa tão apaixonante e aterrorizante que só duas geminianas juntas conseguiriam dar conta;

Ao corpo docente da Universidade Federal do Pampa, por estimularem o desenvolvimento de mentes pensantes e críticas. Em especial aos professores de RI que fizeram parte da minha (ainda) curta trajetória acadêmica: Renatho Costa, Flávio Lira, Nathaly Schutz, Kamilla Rizzi, Rafael Balardim, Fábio Régio Bento e Anna Carletti;

Aos meus colegas universitários, por dividirem comigo a complexa trajetória de um estudante em busca de um futuro melhor para si, para o país e para o mundo. Citar nomes poderia me conduzir ao erro, portanto agradeço de forma geral aos colegas e amigos que me acompanharam neste longo caminho até aqui.

A UNIPAMPA, por me acolher nestes último quatro anos e formar um universo paralelo ao que vivi até a minha inscrição em 2016. Agradeço também por proporcionar aos seus filhos uma educação pública e de altíssima qualidade.

## RESUMO

O Irã e a Arábia Saudita são os polos de poder mais fortes em sua região nos dias de hoje. Ambos buscam atingir todas suas necessidades como um Estado, mas também tentam consolidar seu próprio status de líder regional. Um evento peculiar ocorreu em 2011, quando massas populacionais de quase todo o Mundo Árabe clamavam por mais liberdade, visto que haviam sido governados por regimes severos durante décadas. Essa foi a chamada Primavera Árabe, uma série de levantes que chamou a atenção de todos os Estados que poderiam possivelmente estar envolvidos. No caso específico da Síria, havia mais do que apenas os protestos pela queda de Bashar al-Assad do poder. Muitos atores globais de grande significância tinham fortes interesses em consolidar alianças com o governo Sírio, fosse com al-Assad ou não. O principal motivo para isso era a localização geopolítica do país, que atraía cada vez mais atores para contribuir com o conflito que se tornou uma generalizada Guerra Civil. Nesta pesquisa, o leitor compreenderá a interferência dos poderes regionais, o Irã e a Arábia Saudita, na Primavera Árabe da Síria. Além disso, serão analisadas as alianças externas dos dois Estados que podem ter influenciado nos acontecimentos da Primavera Árabe.

Palavras-chave: Irã; Arábia Saudita; Síria; Primavera Árabe.

## **ABSTRACT**

Iran and Saudi Arabia are today's strongest powers in its region. Both are constantly seeking to achieve all its necessities as a State, but also trying hard to consolidate their own status as regional leaders. An unusual event happened in 2011, where the masses of almost all Arab World claimed for more liberty due to the severe regimes who had been ruling for decades. This was the Arab Spring, a levant of populations which draw the attention of all States that could possibly be affected. In the specific case of Syria, there was more behind the protest for the fall of Bashar al-Assad. Many significant global actors had major interest in consolidating alliances with Syrian's government, whether it was with al-Assad or not. The main reason for that was the privileged geopolitical location of the country that attracted more actors to contribute with the conflict that turned into a major Civil War. In this research, we shall comprehend the interference of the regional powers, Iran and Saudi Arabia, in the Syrian Arab Spring. In addition, analyze the external alliances of both States that may have influenced in the levants of the Arab Spring.

Keywords: Iran; Saudi Arabia; Syria; Arab Spring.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos Países do Golfo Pérsico .....	74
---	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise comparativa entre a atuação do Irã e da Arábia Saudita na Síria no período da Primavera Árabe.....	70
---	----

## LISTA DE SIGLAS

AMAL - *Afwaj al-Muqawat al-Lubnaniyya*

CCG - Conselho de Cooperação do Golfo

CCL - Comitês de Coordenação Local

EI - Estado Islâmico

FNLS - Frente Nacional para Libertação da Síria

IRGC - Islamic Revolutionary Guard Corps

LEF - Forças De Reforço Da Lei

LH - Hezbollah Libanês

NCC - Comitê de Coordenação Nacional

NDF - Forças de Defesa Nacional

NRC - National Role Conceptions

OLP - Organização pela Libertação da Palestina

ONU – Organização das Nações Unidas

SI – Sistema Internacional

SNC - Conselho Nacional Sírio

SNI - Iniciativa Nacional Síria

UNIFIL - United Nations Interim Force in Lebanon

USDOT - U.S. Department of Treasury

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 AS RAÍZES HISTÓRICO-POLÍTICAS DA PRIMAVERA ÁRABE NO ORIENTE MÉDIO.....</b>	<b>16</b>
2.1 Principais momentos históricos do Oriente Médio durante a Guerra Fria.....	16
2.2 Guerra Fria Árabe: O Irã e Arábia Saudita como potências regionais.....	21
2.3 A Primavera Árabe na Síria: como tudo começou.....	26
<b>3 IRÃ E ARÁBIA SAUDITA NA SÍRIA: HISTÓRICO E INGERÊNCIA À PRIMAVERA ÁRABE.....</b>	<b>33</b>
3.1 Relações Irã-Síria no pré-Primavera Árabe .....	34
3.2 Relações Arábia Saudita-Síria no pré-Primavera Árabe.....	40
3.3 Ingerências do Irã e Arábia Saudita na Síria durante a Primavera Árabe .....	41
<b>4 ÂMBITO REGIONAL E INTERNACIONAL: IRÃ E ARÁBIA SAUDITA EM LENTES GLOBAIS.....</b>	<b>51</b>
4.1 Perspectiva Iraniana.....	51
4.2 Perspectiva da Arábia Saudita.....	60
4.3 Quadro internacional.....	66
4.4 Análise comparativa de características da Arábia Saudita e Irã.....	70
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>84</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em grande parte do Oriente Médio e África Muçulmana iniciou-se, em dezembro de 2010, uma onda de protestos que clamava por mudanças políticas de vários governos, a chamada Primavera Árabe. A região adentra um período de superação dos regimes autoritários, cada país com uma diferente motivação. Além do clamor popular por melhores condições de vida, contra os regimes políticos do momento, viu-se uma lenta transformação da sociedade, *conditio sine qua non* para tal magnífica explosão de protestos (VISENTINI, 2016).

O Reino da Arábia Saudita e a República Islâmica do Irã enfrentam uma corrida regional há pelo menos três décadas em que o prêmio é a influência e a conquista de cada vez mais aliados no Oriente Médio e África Muçulmana. O autor Simon Mabon (2016), crê que a disputa política é forte devido aos embates ideológicos entre os dois mais poderosos países da região do Golfo Pérsico, divergências ideológicas que afetaram diretamente o modo de atuar nas suas Políticas Externas.

Para Luíza Cerioli (2018), a Arábia Saudita e o Irã associam fortemente a supremacia regional à sobrevivência do seu regime. A região do Golfo Pérsico, para ambos, é uma área-chave para sua projeção de poder, pois tendo seus vizinhos como aliados, geram reconhecimento e credibilidade, para assim manter seus interesses e a estabilidade de sua política.

Tendo em vista essas premissas, a Arábia Saudita passou a ser mais incisiva no cenário regional a partir de movimentações atípicas nas redondezas em 2011, temendo que as revoltas nos países vizinhos e a instituição de novos governos se tornassem seu inimigo declarado. A parceria da Arábia Saudita com os Estados Unidos data cooperações desde antes de 1979, ano da Revolução Islâmica do Irã. Relatado por Bronson (2006), a Arábia Saudita confia sua segurança aos Estados Unidos, com quem partilha interesses geoestratégicos e ameaças em comum que guiaram sua amizade desde 1960. De um lado, os Sauditas mantêm a estabilidade do mercado petrolífero atrativa para o ocidente, e do outro os norte-americanos prover segurança e apoio militar. Assim, o Reino Saudita cumpre seu papel cooperando com o ocidente (BRONSON, 2006).

O Irã, por outro lado, mostra-se contrário a vínculos com a potência estadunidense, pois uma de suas diretrizes e reconhecimento mundial é a luta contra o imperialismo. Na constituição Iraniana consta que “the foreign policy of the Islamic Republic of Iran is based on the rejection of all forms of domination”<sup>1</sup>, o qual indiretamente demonstra seu descontentamento com os Estados Unidos. A Rússia e a China, por exemplo, são referência de aliados econômicos do Irã, pois possui petróleo, gás e uma favorável posição geopolítica (VISENTINI, 2014). A relação do Estado Iraniano com outros países árabes oscila bastante.

Analisando o caso específico da Síria, os primeiros protestos que depois se aglomeraram na Primavera Árabe foram reprimidas pelo governo de Bashar al-Assad, fazendo com que se consolidasse uma oposição que passou a armar-se, legitimando as agressões governamentais. Em um segundo momento, as multidões passaram a clamar pela deposição de Bashar al Assad. Com a falta de resolução das manifestações, os protestos agravaram-se e se tornam uma grande Guerra Civil que envolve muitos mais atores que apenas o governo e os grupos de oposição. A guerra passou a ser financiada por países ocidentais e orientais, principalmente as monarquias do Oriente Médio, que apoiam os manifestantes.

Ao lado do governo Sírio, presencia-se apoio incessante de Teerã, uma vez que a Síria é peça-chave na projeção da influência iraniana na região. Inclusive, a Síria, Irã, Hamas e Hezbollah formam o que é conhecido como o "eixo de resistência" (ROBERTO; VISENTINI; 2015). Por outro lado, a Arábia Saudita já havia visualizado que conseguiria aumentar sua própria influência e talvez tornar-se uma líder regional caso Bashar fosse destituído do poder e o novo regime voltasse-se às vontades e interesses sauditas.

Após a compreensão do posicionamento de cada um dos países em questão, analisaremos a interferência do Irã e da Arábia Saudita frente à Primavera Árabe, focando na Síria, país cujas manifestações resultaram em uma Guerra Civil ainda não terminada. Utilizaremos o recorte temporal de 2011 a 2019, para que se possa examinar o advento e as consequências da Primavera Árabe no mencionado território.

---

<sup>1</sup> “A política externa da República Islâmica do Irã é baseada na rejeição de todas as formas de dominação” (tradução nossa).

O propósito deste trabalho é o de entender qual o interesse das forças do Golfo Pérsico, o Irã e a Arábia Saudita, com a sua ingerência na Síria durante a Primavera Árabe. Nesse sentido, a hipótese levantada por esta pesquisa é de que a Arábia Saudita, apesar de supostamente desejar manter o equilíbrio regional, apoia a queda dos regimes dos países vizinhos no Oriente Médio e África Muçulmana para poder consolidar seu poder de influência e afastar seu equivalente rival, o Irã, do jogo de liderança. Por outro lado, o Irã pretende expandir sua influência pela região árabe através de seu regime islâmico, influenciando os governos a manterem-se no poder, sem alterar o status quo. O palco desta rivalidade a ser analisado nesta pesquisa é justamente o caso da Síria.

Como objetivo específico, esta pesquisa almeja contextualizar as relações do Irã e da Arábia Saudita com a Síria no passado do ponto de vista histórico para compreender seus interesses na Primavera Árabe, identificar que tipo de interesses ideológicos e/ou geopolíticos levaram os rivais do Oriente Médio - Arábia Saudita e Irã - a ingerir no desdobramento da guerra civil que se desencadeou na Síria como consequência da Primavera Árabe, relacionar as decisões da Arábia Saudita com as diretrizes de política norte-americana, assim como a posição iraniana em detrimento da conduta da Rússia, ambos na Síria como meio de desestabilizar a ordem regional e internacional.

A escolha de análise do interesse do Irã e da Arábia Saudita no conflito sírio mostra-se relevante uma vez que ambos se apresentam como os dois Estados mais poderosos da região e diretamente envolvidos na Síria. Também porque presenciamos atuação dos Estados Unidos nos acontecimentos, utilizando-se da situação síria para chegar ao Irã e que, com a queda de Bashar al-Assad, tentaria consolidar ainda mais sua esfera de influência no Oriente Médio através de sua aliada, a Arábia Saudita. Além disso, a situação do Oriente Médio torna-se um necessário assunto a ser debatido uma vez que gera efeitos na região, na Europa e nas Américas, como os surtos migratórios que presenciamos até hoje, e global, pois envolve outras potências que não são diretamente ligadas no conflito.

Este trabalho tem como propósito a análise crítica, descrevendo a conjuntura para poder analisar de forma comparada a postura e ressaltar os interesses dos dois

países, a fim de trazer uma nova visão do tema. Será utilizada a abordagem exploratória qualitativa, analisando as motivações que levaram cada país a reagir de certa forma na Primavera Árabe.

Os procedimentos empregados na pesquisa são os documentais e os bibliográficos, através de consultas em fontes primárias, como discursos e relatórios oficiais, e fontes secundárias, com análises de artigos e pesquisas de outros autores sobre o tema para a fundamentação teórica.

A presente pesquisa se divide em três capítulos. No primeiro, serão analisadas as raízes histórico-políticas da Primavera Árabe no Oriente Médio, ressaltando os principais momentos da região durante a Guerra Fria, a posterior Guerra Fria Árabe, campo de disputa entre a Monarquia Saudita e a República Iraniana e, por último, discutir o início de todo o advento da Primavera Árabe em solo sírio. O segundo capítulo analisa o histórico de relações do Irã e da Arábia Saudita com a Síria separadamente, bem como a sua ingerência a partir de 2011. No terceiro capítulo, será feita uma análise comparativa entre os interesses do Irã e da Arábia Saudita na Síria, identificando primeiramente a perspectiva da Primavera Árabe da ótica de cada um dos dois grandes atores do Oriente Médio. Em seguida, será apresentado o cenário em um quadro interacional, para que seja possível identificar os atores globais que também tomaram e ainda tomam parte na Guerra da Síria. Por último, serão discutidos todos os elementos comparativos mencionados na pesquisa. Estes passam a compor uma tabela, para que se possa identificar de forma clara o contraste entre ambas ingerências.

## **2 AS RAÍZES HISTÓRICO-POLÍTICAS DA PRIMAVERA ÁRABE NO ORIENTE MÉDIO**

A região do Oriente Médio e África Muçulmana passou por várias mudanças geopolíticas ao longo dos séculos. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, a Liga das Nações redistribuiu as zonas de influência do território entre os reinos imperiais da França e Inglaterra. Isso impedia manobras por parte dos governos para criarem sua própria identidade nacional.

O principal interesse na ingerência de potências globais na região do Oriente Médio deu-se pela presença de importantes reservas de petróleo e gás em seu solo. Quando estes passam a ser a principal fonte de energia do século XX, além dos Estados imperialistas mencionados, os Estados Unidos entenderam que a região era de grande relevância estratégica e econômica para seu benefício. Assim, pode-se compreender a maneira de atuar que os Estados Unidos passam a exercer na região.

A aliança dos Estados Unidos com a Arábia Saudita, um dos mais potentes Estados da região, têm início em meados da década de 1970, pois os estadunidenses sentiram a necessidade de ter um mercado petrolífero atrativo para o ocidente, o que era propiciado pela Arábia Saudita. Além disso, o Reino Saudita precisava conseguir apoio no âmbito securitário e militar dos Estados Unidos para manter-se consolidada regionalmente. Essa parceria estratégica é reforçada com a Revolução Iraniana de 1979, quando o Irã define suas diretrizes de identidade nacional baseadas principalmente nos ideais antiocidentais.

Neste capítulo, serão analisados os momentos históricos do Oriente Médio, os quais propiciaram a conjuntura ideal para os levantes nas manifestações que formaram a Primavera Árabe. Em seguida, discutir-se-ão as relações internacionais do Irã e da Arábia Saudita como potências regionais para, mais tarde, entender seus interesses com a ingerência no conflito da Síria. Por último, será exposto os fatos que levaram ao início da Primavera Árabe no Oriente Médio e África Muçulmana, com destaque para o caso Sírio, cuja repercussão de protestos ainda não teve fim.

### **2.1 Principais momentos históricos do Oriente Médio durante a Guerra Fria**

Conforme a ordem bipolar instaurada no Sistema Internacional (SI) durante a Guerra Fria, os Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), concorriam pelo poder global. Nesse cenário, o Oriente Médio torna-se uma região disputada por estas, que têm o interesse de sobrepor-se aos antigos poderes e construir suas próprias esferas de influência. Dessa forma, indo ao encontro de Magalhães (2015), “a ascensão de Estados Unidos e União Soviética como superpotências em disputa pelo poder global na Guerra Fria altera o equilíbrio de poder na região (Oriente Médio)”.

A União Soviética, no pós Segunda Guerra, tentava a todo custo projetar influência na região do Oriente Médio, lutando contra a ideologia do "anticomunismo" estadunidense. Silvia Feraboli (2009) entende que o Mundo Árabe sempre foi uma região hostil para os soviéticos, apesar da URSS ter boa relação com países da região. Isso propiciou uma expansão e legitimação do comunismo na região árabe. A presença soviética no Oriente Médio, se expandiu em meados da década de 1950 (HEIKAL, 1978).

Tensões generalizadas se instalam na região devido à crescente influência estadunidense no “novo” Sistema Internacional dos pós Segunda Guerra. Desde 1947, o Oriente Médio é também uma zona de interesse para os norte-americanos. A polarização do mundo árabe deu-se com a Doutrina Eisenhower (1953) que prometeu tropas de apoio a qualquer Estado "ameaçado pelo comunismo internacional". Os primeiros países a terem a Doutrina do Presidente dos Estados Unidos empregada foram o Líbano e a Jordânia, tentando obter ajuda para impedir a expansão do nasserismo<sup>2</sup> no Egito.

De acordo com Torres Filho (2007), os Estados Unidos definiram estrategicamente o Irã como potência local amigável em detrimento dos sauditas, apoiando financeiramente e militarmente o regime de Pahlavi (1941-1979), dando “carta branca” para a compra de armamentos americanos, a não ser o acesso à tecnologia nuclear, vista com restrições pelos americanos. Os americanos assim buscavam contrabalançar as alianças soviéticas com Egito e Iraque. De toda forma, as posições

---

<sup>2</sup> O Nasserismo é uma ideologia política nacionalista árabe baseada nos pensamentos do antigo presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser. Para mais informações, consultar: <[https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde03102014164144/publico/2014\\_JoseAiltonDutraJunior\\_VCorr.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde03102014164144/publico/2014_JoseAiltonDutraJunior_VCorr.pdf)>.

regionais também obedeciam a outras lógicas de disputa interna e não podem ser encaixadas em um esquema fechado, que separe países em pró ou antiamericanos. O fato é que a geopolítica da Guerra Fria e a geopolítica do petróleo se entrelaçam ao darem os contornos da conjuntura econômica e as alianças estratégicas desses países.

Ferabolli (2009) ressalta que, no pós Segunda Guerra, nasce a "era do petróleo", momento em que quadruplica-se a produção mundial de manufaturas, onde o crescimento econômico global desencadeou um aumento na demanda por petróleo árabe. As multinacionais tinham controle sobre a produção de petróleo, a determinação do preço da *commodity* no mercado internacional e os valores que seriam repassados aos Estados, fazendo com que o baixo custo do petróleo fosse a base do crescimento econômico dos países já industrializados no período do pós-guerra.

O conhecimento da fraqueza e vulnerabilidade dos governos árabes quando comparados às monarquias petrolíferas poderia causar uma grande instabilidade interna nesses Estados (FERABOLLI, 2013). Junto ao "nacionalismo petrolífero" havia a preocupação dos Estados do Oriente Médio produtores sobre a pressão que a então oligarquia internacional do petróleo utilizava para baixar o seu preço e ampliar os mercados.

Os Estados Unidos e a Inglaterra encontravam-se no Irã em 1946, unidas contra a União Soviética. No entanto, Magalhães (2015) ressalta o desejo dos norte-americanos de ampliar seu poder global, englobando inclusive as antigas colônias britânicas. Esse estabelecimento de poder, relativamente novo na região, dificultava a consolidação de poder soviético tornando o Oriente Médio um solo propício a estabelecer um campo privilegiado de combate da Guerra Fria (MAGALHÃES, 2015).

Em um contexto de interferências e interesses de potências globais sobre o Irã, o Xá Pahlavi (1941-1979) dá início à uma política externa pautada na barganha política iraniana anglo-saxã (MAGALHÃES, 2015), uma vez que o domínio britânico foi marcante no país e o governante identificava-se com as diretrizes norte-americanas.

A Morte do Rei Saud na Arábia Saudita desestabilizou a região e as relações dos Estados Unidos com o país. Segundo Magalhães:

ao período da morte do rei Saud (Abd al Aziz), em 1953, apesar do rápido aumento nas receitas petrolíferas, a dívida saudita já girava em torno de 200

milhões de dólares, de acordo com Bowen (2008), o que evidencia a situação de fragilidade do país frente às empresas petrolíferas americanas. A infraestrutura do país era precária, assim como o sistema de educação e de saúde. A situação se deteriora com a pressão americana pela adesão saudita ao Pacto de Bagdá, fato que não se concretiza. Nesse sentido, durante a década de 1950, a monarquia saudita passa por dificuldades financeiras e estremecimentos em sua relação com os EUA (MAGALHÃES, 2015, p. 52).

No âmbito doméstico, os grupos nacionalistas ressurgem em alguns países do Médio Oriente, como o Egito, Irã e Iraque. Na maioria dos casos, possuem atrito com superpotências pois visam expandir a soberania nacional ou seu próprio poder na região (MAGALHÃES, 2015). Em destaque, o autor ressalta a importância da relação estratégica dos Estados Unidos e Arábia Saudita frente à proeminência da geopolítica do petróleo. Neste momento, com a então descolonização da Índia e Paquistão, bem como a criação do Estado de Israel, o Império Britânico começa a perder poder na região, uma vez que os países árabes começam a voltar-se à dinâmica da Guerra Fria.

A Crise do Suez<sup>3</sup> (1956) proporcionou destaque para Nasser na política regional do Oriente Médio. Apesar da conjuntura regional, o Egito obteve uma liberdade relativa em suas manobras de política externa que lhe permitiu se direcionar para sua área normal de influência, a região árabe. A Síria passou por uma reviravolta interna, migrando da ultradireita para aliar-se com o nacionalista Nasser e o mais forte representante do comunismo, a URSS. O partido Baath da Síria, com o apoio egípcio, sobe ao governo e, em 1958, formam a República Árabe Unida (RAU), sob comandos de Nasser. É nesse período que a RAU forma uma esfera de influência em alas políticas de vertentes pan-arabistas e comunistas nos países vizinhos (DORAN, 1999 apud MAGALHÃES, 2015). Por sua vez, a Arábia Saudita, que tinha sido aliada egípcia, passou a desconfiar do rápido crescimento de Nasser e direcionou-se aos norte-americanos.

A cultura egípcia ditava o caminho no Médio Oriente através do seu *soft power* (FERABOLLI, 2013). Além disso, o poderio do Egito também é demonstrado por meio do *hard power*, o poder duro. A postura nacionalista de Nasser faz com que se cortem

---

<sup>3</sup> Crise política iniciada em 29 de outubro de 1956, quando o Estado de Israel, apoiado pela França e Reino Unido declararam guerra ao Egito. Isso se deu, pois, os três países utilizavam-se do Canal de Suez para acessar o comércio com o oriente e não viam vantagem na nacionalização deste por parte do Egito.

as relações do Egito com os Estados Unidos. Essa demonstração de força também se apresentou como uma preocupação para a Arábia Saudita, uma vez que o Egito de Nasser tinha anseios de dominar a península (FERABOLLI, 2013).

Com o Pacto de Bagdá em 1955, os Estados Unidos tentaram manobrar para voltar todos os Estados árabes contra a URSS, mas foram barrados pela grande influência de Nasser. O Iraque, por ousar entrar em um acordo pró-ocidente no auge do arabismo, teve como sanção um isolamento na política regional. Da ótica soviética, não muito podia-se fazer, uma vez que o anticomunismo estava praticamente instalado na região. Assim, ela limitava-se à venda de armamentos e apoio diplomático contra Israel.

A ordem regional no momento posterior à guerra Yom Kippur<sup>4</sup> (1973) foi estabelecida pelo secretário de Estado norte-americano Kissinger com a diplomacia "passo a passo", manobra que tentaria a todo custo retirar a União Soviética da região árabe através de uma coligação com o Egito (FERABOLLI, 2013). Assim, apenas os Estados Unidos e a Arábia Saudita poderiam ditar afazeres na região. A "marcação de território" deu-se em duas partes: a primeira, quando a potência ocidental impediu que Israel destruísse o Egito em 1973; e o segundo quando os Estados Unidos e o Egito participaram de um pacto chamado Camp David que retiraria Israel do Canal de Suez, uma grande riqueza egípcia.

O hasteamento da bandeira norte-americana no Cairo, em março de 1974, deixou claro para a União Soviética que o mais poderoso país árabe agora fazia parte da esfera ocidental de influência. A Arábia Saudita foi por bastante tempo aliada dos Estados Unidos e, segundo Ferabolli (2009), entre 1975 e 1979, o reino havia importado 2.8 bilhões de dólares em armamento por ano. Em 1981, importou quatro aviões em um total de 6 bilhões de dólares. Além disso, a Arábia Saudita serviu como estratégia para a obtenção de material energético, uma vez que se encontra em território rico, é membro da OPEP e é a mais barata e maior exportadora de petróleo do mundo.

---

<sup>4</sup> Também conhecida como Guerra Árabe-Israelense, iniciou dia 6 de outubro e teve fim dia 26 do mesmo mês no ano de 1973. O conflito deu-se a partir de uma coalizão entre os Estados Árabes, liderados pela Síria e Egito, contra o Estado de Israel. O objetivo era formar um contra-ataque em resposta ao ataque israelense na Guerra dos Seis Dias e recuperar territórios que haviam sido dominados por este.

Em 1979, como aponta Lesch (2001), dá-se o ponto de partida para um ano de reestruturações políticas na região do Médio Oriente, principalmente na Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque. Isso é justificado pelo fato de que as antigas potências perdem espaço e a Guerra Fria retoma sua atuação na região (MAGALHÃES, 2015). Nesse ano, a oposição ao regime de Pahlavi no Irã junta forças para destituí-lo de seu mandato. Abrahamian (1982) afirma que a Revolução de 1979 no Irã teve, além de sua justificativa religiosa, caráter social e econômico. Além disso, o fracasso do projeto desenvolvimentista do Xá fez com que Khomeini retornasse ao país para tornar-se o líder religioso supremo do Irã, tornando-a uma República Islâmica Xiita. Quando houve a invasão da embaixada americana em Teerã no ano de 1979, ficou ainda mais claro o espectro antiocidental, principalmente antiamericano da República xiita.

Eilts (2004) justifica o caráter de submissão do Reino da Arábia Saudita à política externa dos Estados Unidos. Afirma que o caráter de subordinação do Reino Árabe agravou-se durante a Guerra do Golfo.

O território da fronteira norte transforma-se em base militar americana, funcionando também como rota de fuga de refugiados do Kuwait. A total dependência do petróleo é patente na trajetória de desenvolvimento da Arábia Saudita. O certo é que o país está inserido no coração da geopolítica do petróleo, fato que torna praticamente irrelevante para o ocidente o caráter centralizado, teocrático e desigual da monarquia saudita. (MAGALHÃES, 2015, p.87)

Dessa forma, com a queda da URSS, a Arábia Saudita e o Egito constam nas Relações Internacionais como países árabes aliados aos interesses americanos no Oriente Médio, atuando como potência petrolífera e regional respectivamente. O Irã, nesse mesmo período, torna-se um desestabilizador regional frente às potências ocidentais (MAGALHÃES, 2015).

## **2.2 Guerra Fria Árabe: O Irã e Arábia Saudita como potências regionais**

A disputa pela influência no Oriente Médio, principalmente na região do Golfo Pérsico, está presente desde a Revolução de 1979 ocorrida no Irã e a Guerra do Irã-Iraque (1980-1988), momento em que a Arábia Saudita providenciou grande suporte financeiro e diplomático para Bagdá (TERRILL, 2011).

A revolução Islâmica de 1979 foi a responsável pelo molde do Irã atual. Quando o governo monárquico do Xá Reza Pahlevi foi deposto, instalou-se no poder a liderança da classe clerical xiita, que agora comandaria a nova República Teocrática do Islã. Assim, seria superado o projeto de ocidentalização e retomada a liderança islâmica que previamente havia sido rechaçada pelo Xá Pahlevi (FIOREZE; VISENTINI, 2018). Nesse momento, o novo governo passa a atuar com estratégias que têm como objetivo maior autonomia, regido pelas crenças xiitas e evitando ingerência de atores externos.

Com a mudança de direcionamento da política iraniana, há também uma alteração na sua relação com os vizinhos. Esta passa a ser um pouco mais delicada uma vez que o Irã já era tido como o país destoante dos demais, devido à sua diretriz xiita. Além disso, o país passou a ser visto como uma ameaça para as monarquias pérsicas: Arábia Saudita, Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Omã, Qatar e Barein (FIOREZE; VISENTINI, 2018).

O governo monárquico da Arábia Saudita é da vertente islâmica sunita e possui uma agenda focada em manter o status-quo regional. De acordo com Terrill (2011), a liderança saudita atua alinhada a monarquias menores no Golfo Pérsico para atingir tal objetivo, por vezes assumindo o papel de bem-intencionada e arrogante “irmã mais velha”. Isso justifica o surgimento do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) em 1981, a fim de manter o equilíbrio e a segurança dos monarcas árabes. A criação da CCG evidencia a taxação conjunta por parte dos árabes, onde a imagem do Irã é retratada como vilão regional.

Depois da morte do Aiatolá Khomeini em 1989, as relações entre a Arábia Saudita e o Irã tiveram uma melhora gradual, pois os sucessores, Ali Akbar Hashemi Rafsanjani como presidentes e Mohammad Khatami como líder supremo, se estabeleceram como governos menos conservadores que o de Khomeini. Apesar de significativos avanços, segundo Terrill (2011), os sauditas ainda desaprovam os muçulmanos xiitas nos tempos contemporâneos. Por isso, a Arábia Saudita é constantemente considerada hostil para com o empoderamento xiita na região, e temem que os habitantes xiitas se tornem uma fonte de dificuldades para o governo.

O antagonismo entre Irã e Arábia Saudita é discutido por Fioreze e Visentini com base em duas perspectivas: “uma que foca na existência de um conflito sectário e outra

que confere mais destaque à tentativa de projeção regional e de formação de uma balança de poder” (FIOREZE; VISENTINI, 2018, pp. 22). O primeiro ponto está relacionado à divergência de vertente islâmica entre ambos: o Irã, uma república revolucionária xiita e, a Arábia Saudita, uma monarquia conservadora sunita. Do ponto de vista saudita, o estabelecimento de uma república islâmica xiita com a intenção de exportar sua doutrina, ameaçaria a dinastia do reino saudita. Em relação à projeção de poder, os autores discutem que é de interesse nacional manter-se com predominância na região.

“Sunni and Shia Muslims have lived in harmony for many more years of Islamic history than they have fought. Conflict axes in the recent past of the Middle East did not develop along Sunni-Shia lines.” (GAUSE III, 2014).<sup>5</sup>

Portanto, apesar da mídia global reportar os conflitos como proveniente de distintas crenças, existem outros fatores a serem analisados, como a posição de estratégia geopolítica e o poder de influência. Segundo Gause III (2014), de fato, não se pode colocar a culpa dos conflitos do Oriente Médio unicamente no sectarismo religioso.

Na década de 2000, surgem oportunidades para o Irã consolidar-se com uma inserção geopolítica. Os Estados Unidos invadiram o Afeganistão e o Iraque, semeando um solo fértil para a aproximação iraniana para com dois vizinhos. De acordo com Fioreze e Visentini (2018), o Irã só consegue consolidar sua real influência da região quando os Estados Unidos retiram suas tropas do Iraque entre 2007 e 2011, passando a intervir menos na região. Nesse contexto, o Oriente Médio transforma-se em uma zona perfeita para a ascensão de liderança de outros Estados, como a Arábia Saudita, a Turquia, Israel e o próprio Irã. A então política norte-americana, segundo Gause III (2014), criou dois vácuos de poder: no Iraque e no Afeganistão, onde apesar dos Estados Unidos não ter abandonado o território, a República Iraniana conseguiu encaixar-se. Em 2005, elegeram-se para a presidência Mahmoud Ahmadinejad, que reascendeu o espírito revolucionário que nas décadas anteriores era liderado por

---

<sup>5</sup> “Muçulmanos sunitas e xiitas têm vivido por muito mais anos na histórica islâmica em harmonia do que em conflitos. Os eixos de conflito no Oriente Médio nas últimas décadas não se desenvolveram devido a esse embate religioso” (GAUSE III, 2014). (Tradução nossa).

Ayatollah Khomeini e tratou de retomar a expansão da influência iraniana dentro das políticas domésticas de outros estados. Essa renovação no governo Iraniano o colocou em um alto patamar de poder e, no meio dos anos 2000, encontrava-se liderando a influência externa libanesa, síria e iraquiana.

Em relação à reação da Arábia Saudita a invasão norte-americana ao Iraque, o Reino concluiu que precisaria tomar a liderança para balancear seu poder na região. O grande problema era que o Irã estava saindo-se melhor que a Arábia Saudita em quase todos os âmbitos (GAUSE III, 2014).

The problem for the Saudis was that the Iranians got the better of them at almost every turn. In Lebanon, it looked like Riyadh dealt Tehran a setback in 2005 with the withdrawal of Syria's forces and the victory of the March 14 coalition in the subsequent parliamentary elections. [...]. The Saudis also failed to constrain Iranian influence in Iraq. As Iran consolidated its influence with newly empowered Shi'ite groups, Saudi Arabia was unable to patronize its natural allies in Iraq's Sunni Arab community. (GAUSE III, 2014, p. 13)<sup>6</sup>

Como menciona Gause III (2014), além do Líbano, o Iraque tornou-se um terreno difícil de tentar consolidar poder de influência por parte da Arábia Saudita. Os membros da comunidade iraquiana estavam motivados por uma insurgência de movimentos contra os Estados Unidos, país o qual teve suas relações fragilizadas com a Arábia Saudita no período pós 11 de setembro.

Na Palestina, o conflito não é regido por diferenças sectárias, e o Estado se classifica como um estado-fraco, onde governos estrangeiros têm facilidade para moldar o palestino. Quando o Hamas<sup>7</sup> ganha as eleições parlamentares em 2006, a Autoridade Palestina presenciou o poder dividido entre: Fatah, representado pelo Presidente Mahmoud Abbas, e o Hamas. Ambos procuraram encontrar aliados no exterior. O Hamas buscou primeiramente o Irã, pois tinha uma aliança ideológica não-sectária (GAUSE III, 2014).

---

<sup>6</sup> O problema dos sauditas era que os iranianos estavam melhor que eles em todos os setores. No Líbano, parecia que Riad tinha lidado com um revés à Teerã com a retirada das tropas Sírias e a vitória da coalizão do Dia 14 de março nas eleições parlamentares subsequentes. [...] Os sauditas também falharam em barrar a influência iraniana no Iraque. Como o Irã havia consolidado sua influência com os novos grupos xiitas empoderados, a Arábia Saudita ficou impossibilitada de auxiliar seus aliados naturais na comunidade sunita iraquiana (Tradução nossa).

<sup>7</sup> Movimento palestino islamista de vertente sunita que possui um braço político e outro armado. Atua principalmente em Gaza e atualmente tem destaque entre os movimentos na Palestina.

Para Gause III (2014), o Rei Abdullah da Arábia Saudita, para tentar reunir as divisões palestinas e fechar um ponto de acesso do Irã no Mundo Árabe, convidou os líderes do Hamas e Fatah para um encontro em Mecca, no mês de fevereiro de 2007. No entanto, o acordo negociado nesse seguinte encontro falhou (GAUSE III, 2014). No sucessivo conflito palestino, que ocorreu em junho do mesmo ano, o Hamas passou a controlar Gaza enquanto Fatah manteve seu controle no Cisjordânia. Com essa confrontação, a aliança do Hamas com o Irã consolidou-se ainda mais, embora o surgimento de sectarismo regional desde o início da Guerra Civil síria tenha fortalecido esse laço (GAUSE III, 2014).

A Arábia Saudita falhou em eliminar o acesso do Irã no simbólico território palestino quando tentou manter-se dentro do jogo de poder. Essa e outras falhas da política externa saudita ajudam a explicar, de acordo com Gause III (2014), a reação desproporcional do Reino e a grande publicidade que foi dada à ascensão dos Houthis no norte do Iêmen. Os Houthis são um movimento xiita Zaidita que se desenvolveu no início da década de 2000 para garantir o direito desse grupo frente ao crescente rumo dos Sunitas Salafi no Iêmen. Os Houthis adotaram muito da retórica do regime iraniano, inclusive as falas antiamericanas e anti-israelense, apesar de que o apoio iraniano no Iêmen fosse bem pequeno.

Frente a isso, em novembro de 2009, a Arábia Saudita lançou uma grande operação militar na fronteira saudita-iemenita para punir os Houthis por uma suposta invasão no seu território. Quase automaticamente, a cobertura de telejornais sauditas foi enorme, a fim de provar à audiência regional que, com a “vitória” do Reino no Iêmen em cima de um aliado iraniano, Riad conseguiria ganhar do Irã na competição por influência no mundo árabe. (GAUSE III, 2014).

Assim, a presença do Irã como uma potência mais assertiva e determinada em representar uma liderança regional sofreu uma tentativa de equalização por parte da Arábia Saudita que, por sua vez, emergiu investindo para preencher o vácuo de poder proporcionado pela gradual saída dos Estados Unidos do Oriente Médio. A dicotomia entre o Irã e a Arábia Saudita passou a ser central na política do Médio Oriente. Para Fioreze e Visentini:

[...] pode-se perceber a existência de uma espécie de “guerra fria” regional, dado o antagonismo entre os dois atores principais e a ausência de quaisquer confrontos militares diretos entre eles. Entretanto, da mesma maneira que tal conflito não se limita a Riad ou a Teerã, ele também não é completamente “frio”, uma vez que há um enfrentamento indireto por meio de outros países, nas chamadas guerras proxy. (FIOREZE, VISENTINI, 2018, pp. 22)

Segundo Gause III (2014), o objeto da Guerra Fria entre Irã, Arábia Saudita e algum outro possível poder regional não é derrotar militarmente seus inimigos no campo de batalha, mas sim, permitir que seus clientes possam explorar as fortunas nos problemas internos de estados fracos e assim, construir uma boa influência regional. Com isso, potencializa-se a tendência da Guerra Fria Regional com a Primavera Árabe, uma vez que se tornou ainda maior a disputa por influência em um Oriente Médio revirado pelos protestos em massa iniciados em 2011.

### **2.3 A Primavera Árabe na Síria: como tudo começou**

A chamada Primavera Árabe foi um período em que ocorreram inúmeros protestos, revoltas, deposições e inclusive Guerras Civis no Oriente Médio e na África Muçulmana. A nomenclatura provém da mídia, que caracterizou o momento histórico como o florescer da liberdade e democracia (SANT’ANA, 2018).

Prévio a esse período, os Estados do Oriente Médio e África Muçulmana tinham adotado políticas de privatização do setor público para conseguir aplicar um procedimento de ajuste estrutural em seus Estados. No entanto, essa reforma não previa uma melhora nos direitos dos civis, apenas tornava os então regimes autoritários mais fortes. Eram, portanto, desencorajados e quase proibidos: o voto, a liberdade, a expressão e associação às ideologias opostas (AFZAL; MUSHATAG; 2017).

Em sua maioria, no período da Primavera Árabe, os cidadãos árabes clamavam por mudanças políticas e reformas em alguns âmbitos do governo, uma vez que estes usavam-se da repressão para impor ideias iguais àqueles norte-americanos (AFZAL; MUSHATAQ; 2017). Além disso, os manifestantes que eram, em sua maioria, jovens desempregados, pediam ao governo que avançasse no setor econômico e social de seus países, desejos básicos que não foram atendidos (AFZAL; MUSHATAQ; 2017). O que não se esperava, porém, era que tal evento tomasse as proporções que alcançou.

Analisando os dados de Volker Perthes (2011), uma das razões para a mudança significativa no norte da África e em alguns países do Oriente Médio na época pode ter sido a modificação demográfica que a região sofreu. Segundo dados da UNDP (2009), a maioria da população da região estava abaixo da linha de pobreza. Além disso, 30% da população possuía de 20 a 35 anos, compondo a “juventude” mais educada e qualificada. Apesar disso, a maioria dela encontrava-se desempregada, uma vez que o mercado de trabalho oferecia pouquíssimas oportunidades, inclusive para recém-graduados nas universidades árabes.

De um espectro político-econômico, a Primavera Árabe aconteceu de uma crise no contrato social (BECK; HUSER; 2012). Por anos, segundo os autores, os países árabes foram regulados por esse contrato, prometendo um subsídio mínimo para a população. Assim, o povo mantinha um certo dever de lealdade para com os regimes. O advento da Primavera Árabe evidenciou, portanto, uma falha na barganha autoritária do Oriente Médio.

O início da primavera dos povos árabes não tem uma data exata, mas houve um acontecimento em especial que pode ser apontado como aquele que desencadeou as ondas de protesto. Em Sidi, uma vila tunisiana perto de Túnis, capital da Tunísia, Mohamed Bouazizi vendia verduras na rua para levar dinheiro para sustentar sua família. Os policiais de Sidi, no entanto, o humilharam e o proibiram de continuar tal comércio. Isso retratou a dura repressão que os cidadãos estavam sofrendo no país, a mando do então presidente Ben Ali, cujo quinto mandato iniciou em 2009. O vendedor, em desespero pelo caos político de sua terra, ateou fogo em seu corpo em uma forma de protesto no dia 17 de dezembro de 2010, falecendo no dia 4 de janeiro do ano seguinte.

No funeral de Bouazizi, milhares de pessoas solidarizaram-se e compareceram, abrindo um ciclo de protestos que entoava o grito “*dégage*”, palavra coloquial francesa que significa “cai fora” direcionado ao então presidente tunisiano Zine El-Abidine Ben Ali, que governou o país por 23 anos. Tamanha foi a revolta no país que 10 dias após a morte de Bouazizi, ele se tornou um mártir e Ben Ali precisou fugir com sua família. Assim, a Revolução Jasmim parece triunfar e segue consolidando-se com a instauração de reformas (VISENTINI, 2016).

Um possível estimulante da Primavera Árabe, segundo a visão de Philip Howard e Muzammil Hussain (2011), foi o acesso à mídia digital. Eles afirmam que as desavenças entre os regimes e a população já tinha longa data, mas que efetivamente consolidou-se com a propagação da informação pelo Facebook, Youtube, Twitter e semelhantes. Com o acontecimento de Mohamad Bouazizi, que passou a ser praticamente o estopim dos protestos, por meio das redes sociais, a população passou a posicionar-se, expressando solidariedade e sua insatisfação com a situação política, aqui ilustrada na Tunísia. Um outro fator, apesar de ser evidente, era o desejo civil de clamar por liberdade e dignidade humana, bem como a justiça social. Os slogans, segundo o autor, nos primeiros protestos no Egito em 2011, eram “bread, freedom and human dignity” (HOWARD; HUSSAIN, 2011).

Na sequência dos acontecimentos, o Egito foi atingido pelas revoluções, que levou Mubarak (1981-2011) a renunciar seu governo no mais populoso país árabe, estabelecendo um Governo Provisório sob controle dos militares. Em seguida, foi eleito um presidente da Irmandade muçulmana, Mohamad Morsi, em 2012. No entanto, suas políticas não acataram com as demandas populares, fazendo renascer as manifestações, finadas com um golpe militar em 2013, que novamente instalou um Governo Provisório. O novo governo egípcio caminhava em direção da islamização das instituições e concentração de renda, assim como voltou-se contra a Palestina de Hamas e a Síria de Assad, apoiada pelo Hezbollah Libanês. Todas essas modificações preocupavam a comunidade internacional. Os militares egípcios, cientes da situação e da percepção externa, aproveitaram-se e colocaram-se no poder mais uma vez em um Governo Provisório.

As revoltas nas monarquias constitucionais do Marrocos e Jordânia conseguiram ser seguradas por reformas que já haviam sido iniciadas antes dos eventos em 2010 e pelo apoio do ocidente aos regimes dessas monarquias. Nas Petromonarquias como a Arábia Saudita, o Kuwait, os Emirados Árabes, Qatar e Omã, a contenção do levante da Primavera Árabe deu-se pela combinação de três fatores: a repressão, concessões econômicas e o apoio do ocidente. Em Bahrein, apesar de encaixar-se nesse grupo, todas essas medidas não pareciam ser suficientes e a Arábia Saudita precisou interferir

militarmente para conter as rebeliões dos xiitas, governados por um islâmico sunita (VISENTINI, 2016).

Para Beck e Huser (2012), a Primavera Árabe rompeu a homogeneidade do Oriente Médio, pois, apesar de regimes autoritários, eles eram estáveis. No entanto, não foram todos os países que sofreram com os levantes, mantendo seu autoritarismo intacto.

A Primavera Árabe na Síria teve uma das consequências mais marcantes entre todos os outros países: o desencadeamento de uma Guerra Civil que ainda não teve fim. Desde sua independência (1946), a população do país é subdividida em vários grupos étnicos e religiosos, sendo os muçulmanos sunitas o maior. Essa pulverização do território em diferentes coletivos, abre espaço para uma enorme disputa entre eles para tomarem controle do poderio central (RICCI, 2016). É dessa forma que, com um golpe de Estado em 1963, sobe ao poder o representante do partido Baath, Hafez al-Assad, da subdivisão *alauíta*<sup>8</sup>, e perdurou nele até sua morte. A permanência de al-Assad no poder pode ser justificada pelo seu discurso de defesa das tantas minorias sírias. Até 2000, governa Hafez Al-Assad e a economia era totalmente controlada pelo estado (VISENTINI, 2016). Com o óbito de Hafez, assume segundo a linha hereditária o seu filho, Bashar al-Assad.

A ascensão de Bashar al-Assad como governante da Síria, segundo Ricci (2016), previa uma certa continuidade política dentro do partido. No entanto, inúmeras mudanças no cenário internacional levaram al-Assad a tomar caminhos diferentes do seu pai. A Síria precisou redirecionar sua política externa devido à fatores exógenos. Segundo Mohammed (2016):

Frente à Intifada palestina; a queda de Saddam Hussein, do partido Baath iraquiano; e a doutrina da Guerra Global Contra o Terrorismo, lançada pelo Presidente George W. Bush, que instaurou um cenário completamente distinto do que se via até então em termos de intervenção externa no Oriente Médio, o governo de Bashar al-Assad percebeu a necessidade de envolver-se de maneira mais enfática no cenário internacional ao lado dos países árabes. (MOHAMMED, 2016 apud RICCI, 2016)

---

<sup>8</sup> Grupo étnico-religioso, presente sobretudo na Síria, que tem como elemento central a crença em um Deus único e Maomé o seu último profeta. Seguem a lei islâmica da *sharia* e, além dos cinco pilares do islã, eles lhe agregam um: o *jihãd*, que é o dever religioso dos muçulmanos dessa vertente de defender o Islã através de luta

Isso levou o governo a procurar novos aliados, notoriamente o Irã, cuja vertente xiita se aproximava da alaunita e da do Hamas na Palestina. Ainda, a postura interna de Bashar al-Assad também precisou sofrer alterações. Com a tentativa de promover o desenvolvimento do país, adotaram-se medidas semi-liberalizantes por pressão Estadunidense, o que libertou presos políticos, legalizou partidos políticos, autorizou bancos privados e retirou tropas Sírias do Líbano em 2005 (PEREIRA, 2014).

Durante a década de 2000, a retirada das tropas sírias do Líbano em 2005 à mando da ONU e o restabelecimento de relações entre esses dois países marcaram o período. Além disso, os Estados Unidos passam a acusar a Síria de vínculos com organizações terroristas, uma vez que, como já mencionado, o país tem aliança com o Hezbollah, com o Irã e com organizações extremistas palestinas. Assim, os Estados Unidos conseguem uma justificativa para sancionar a Síria, mas os problemas reais começam a surgir em meio à Primavera Árabe em 2011.

Apesar dessa mudança de contexto político internacional que sofreu Bashar al-Assad, não se pode eximir a família e o partido da culpa de corrupção e as restrições de liberdade que foram impostas aos cidadãos sírios. Portanto, de forma evidente, em janeiro de 2011, a Síria também presencia protestos e greves populares inicialmente pacíficas, que depois cresceram e formaram a Guerra Civil que ainda transcorre no país.

Quando se desencadeou a Guerra Civil durante os levantes árabes em 2011, o elemento sectário da nova Guerra Fria do Oriente Médio, entre o polo iraniano e o polo Saudita, se intensificou. A repressão violenta de Bashar al-Assad aos protestos foi o que levou o país à Guerra Civil (GAUSE III, 2014). Com a intensificação do conflito e o colapso de autoridade em várias partes do país, o regime passou a cada vez mais depender da minoria alaunita síria e de outras minorias religiosas que temiam a mudança.

A primeira cidade em que se manifesta os protestos da Primavera na Síria é D'ara, se alastrando pelo resto do país. Com a resposta de repressão por parte do governo, formou-se uma oposição ao regime que passou a armar-se, legitimando as agressões governamentais. Evidentemente, depois de um tempo sem mudanças, as multidões passaram a clamar pela deposição de Bashar al Assad. Nessa situação, foi

enviado um representante da ONU que desenvolveu o Plano de Paz de Seis Pontos (2012), que propunha um cessar-fogo de ambas as partes, que estavam de acordo. É notório que nenhuma das partes conseguiu cumprir com o prometido.

Segundo Visentini (2016), com o passar do tempo e a falta de resolução das manifestações, os protestos agravaram-se e passaram a ser uma grande Guerra Civil que envolve muitos mais atores que apenas o governo e os grupos de oposição. É de conhecimento comum que esta guerra passou a ser financiada por países ocidentais e orientais, principalmente as monarquias do Oriente Médio, que apoiam e divulgam abertamente seu apoio aos manifestantes.

De acordo com a análise de Pereira (2014), seguindo a lógica hobbesiana do Estado Sírio, que tem no governo o partido Baath com Bashar al-Assad como representante, os conflitos prolongados resultam do contrato cívico entre as Forças Armadas do país, as minorias étnico-religiosas e as elites moderadas sunitas nos grandes centros urbanos (PEREIRA, 2014). O Estado Sírio é, portanto, bem estruturado sob a força militar, detendo controle sobre o aparelho repressivo do Estado e não se acanha em utilizá-lo sob a oposição (RICCI, 2016).

A oposição do governo de al-Assad não é sólida e coesa. Segundo Pereira (2014) eles estão:

alguns sob a égide liberal-democrática; outros sob uma linhagem ultraconservadora, fundamentalista e extremista de matriz sunita com vertentes salafistas e wahabbitas, que compreende desde a Irmandade Muçulmana até os grupos extremistas atuantes no país. (PEREIRA, 2014, P. 53).

Essa divisão legítima ainda mais o discurso de direito à resistência, uma vez que os vários grupos de minorias representam a maioria da população. No entanto, esses grupos são treinados, armados e acompanhados por entidades externas, como exemplo as monarquias do Golfo Pérsico, atores regionais e países ocidentais liberais-democráticos. Pereira (2014) questiona-se: será que a potencialização desses grupos por parte do governo não os torna catalizadores de interesses de países estrangeiros, tornando-os um movimento ilegítimo e endógeno?

No contexto exposto, em que a Síria e sua Guerra Civil ultrapassam as fronteiras físicas do Estado e passam a ser relevantes no contexto político internacional, o conflito

vai englobando outros poderosos atores exógenos e consolidando ainda mais a situação (RICCI, 2016). Visentini (2016) destaca que talvez as Revoluções coloridas tenham sido um meio de atingir objetivos para alguém externo, através do pacifismo e doçura das revoltas na Primavera Árabe. Estas conseguiam desestabilizar, de forma menos caótica, regimes antes odiosos.

Como será analisado no próximo capítulo, temos dois polos de interesses: o do partido Baath, personificado em Bashar al-Assad, que pretende continuar no poder. Este é apoiado por outras forças estatais, como a República Islâmica do Irã; no outro extremo, temos os grupos civis e oposição ao governo de al-Assad, principalmente apoiados pela Arábia Saudita e pelos Estados Unidos, que o querem deposto.

### **3 IRÃ E ARÁBIA SAUDITA NA SÍRIA: HISTÓRICO E INGERÊNCIA À PRIMAVERA ÁRABE**

A chamada Guerra Fria do Mundo Árabe entre o Irã e a Arábia Saudita no Oriente Médio ocorre desde 1979, quando se deu a Revolução Islâmica do Irã. A partir desse momento, as relações entre esses dois países foram conflituosas em essência, uma vez que tinham interesses bastantes distintos para com a projeção de seu Estado como potência regional no Sistema Internacional.

Como já mencionamos, uma das grandes revoltas que ocorreram no Oriente Médio em anos recentes foi a Primavera Árabe, quando grandes levantes tomam as ruas das cidades clamando por mudanças em seus regimes do Mundo Árabe. É evidente que o Irã e a Arábia Saudita, tendo se tornado as duas maiores potências regionais do Oriente Médio, não poderiam manter posições neutras nesse acontecimento.

A posição dos países mencionados acima variou de acordo com seus interesses em cada Estado afetado pelas manifestações. No caso específico da Síria, houve primeiramente um embate doméstico onde forças do governo atuavam tentando conter os manifestantes, ao passo que grande parte da população queria melhorias na forma de governo da família al-Assad.

Frente a esse embate, a posição do Irã enquanto teocracia xiita e líder regional era a de apoio ao governo de al-Assad, visto que a deposição do líder alauíta acarretaria com a provável tomada de poder por algum representante da vertente sunita do islã, bloqueando em grande medida todos os privilégios que o Estado iraniano obtinha da Síria. Essa formou uma aliança com o Irã desde a Revolução Islâmica de 1979, quando se identificaram similaridades nos seus interesses e em seus inimigos. Assim, a Síria passa a ser a primeira aliada do Irã em solo árabe e, portanto, um parceiro essencial que o Irã não poderia dar-se ao luxo de perder. Mais adiante serão analisadas as relações históricas entre ambos os países antes da eclosão da Primavera Árabe na Síria.

Já no caso da Arábia Saudita, esta podia gozar dos privilégios de proteção das monarquias no Golfo por meio da manutenção do status quo quando se alterasse o cenário em tempos de Primavera Árabe. De acordo com Akgul (2016), a posição

saudita balanceou entre contrarrevolucionária e pró-revolução. Na Síria, o vínculo histórico era comparativamente menor, uma vez que o Reino Saudita não se alinhava tanto com as prioridades do governo de Bashar al-Assad. Veremos ao longo do capítulo o motivo pelo qual não se fortaleceu essa aliança. O distanciamento se agravou com o surgimento da República Teocrática do Irã, uma potência média de poderio parecido ao da Arábia Saudita, cujas ambições políticas, porém, se aproximam aos interesses sírios.

### **3.1 Relações Irã-Síria no pré-Primavera Árabe**

Com a Revolução de 1979 no Irã, Pahlavi é removido do trono, o que acarreta a formação natural de uma nova estrutura com a qual o país definiria com quem manter alianças e quem considerar inimigo. De forma repentina, o novo governo liderado por Khomeini finalizou uma aliança antes duradoura entre o Irã, os Estados Unidos e Israel. De maneira previsível, também sofreram as relações do Irã com os estados de ideologia pró-ocidente (GOODARZI, 2006).

A ideologia revolucionária que se instala no Irã no momento posterior à sua revolução apresentou ao Estado desafios e oportunidades para os seus vizinhos, em especial à Síria e ao Iraque. Os eventos que ocorreram na época da revolução iraniana movimentaram o Mundo Árabe e influenciaram fortemente o Iraque de Saddam Hussein, que declarou guerra ao Irã no ano de 1980. No entanto, como aponta Goodarzi (2006), o esperado não aconteceu. A vitória do Iraque tornou-se o mais longo conflito sangrento da região até então. Além disso, o conflito entre Irã e Iraque fortaleceu e firmou oficialmente a aliança entre a Síria e o Irã.

A expulsão do Egito da agenda do Mundo Árabe por ter se aliado aos Estados ocidentais quando reconhece Israel com os acordos de Camp David e a nova política iraniana levaram os oficiais sírios a afirmar que a aliança com o Irã começou a estabelecer-se para compensar a perda de um Estado amigo, o Egito. Na visão dos sírios, o incentivo à formação de uma ponte entre o Irã e o Mundo Árabe fortaleceria a região principalmente para combater Israel sem a potência egípcia (GOODARZI, 2006).

Alguns estados árabes, em sua maioria aqueles de ideologia pró-ocidente, sentiam-se ameaçados com a nova postura iraniana e por isso não compartilhavam

com a Síria a emoção da revolução iraniana (GOODARZI, 2006). “They did not see the revolution as an opportunity to end the Arab-Iranian rift, but rather as an event that could spark domestic unrest in neighboring states and threaten regional stability”<sup>9</sup>(GOODARZI, 2006, pp.22).

Damasco protagonizava um importante papel de intermediação no ressurgimento militar do Irã no pós-guerra contra o Iraque. Apesar disso, Goodarzi (2006) afirma que Teerã considerava vital cultivar essa amizade próxima com a República Síria para prevenir a possível formação de uma união dos Estados árabes que fosse hostil para si. Os governantes iranianos temiam um possível isolamento regional do país e que manter a boa relação com a Síria poderia ajudar o Irã a protagonizar um papel mais ativo nas relações internas entre os árabes.

Segundo Goodarzi (2006), ambos os países estavam se impondo para conseguir estabilizar e selar a aliança emergente entre o Irã e a Síria. Isto se concretizou com a visita de 48 homens da Síria ao Irã em 1982. Os dois países assinaram uma grande quantidade de tratados e acordos, inclusive sobre petróleo. De acordo com este, o Irã ficaria responsável por exportar nove milhões de toneladas anuais de petróleo para a Síria. Em troca, a Síria proveria ao Irã entre 300.000 e 400.000 toneladas de fosfatos, elemento essencial para a indústria petroquímica iraniana (GOODARZI, 2006).

Alguns interesses divergentes fizeram com que o Irã e a Síria entrassem em conflito em áreas onde previamente conseguiam conciliar opiniões. O conflito entre Irã e Iraque na região e a internacionalização deste colocava a Síria em um limbo constante. O governante da Síria, Hafez al-Assad, precisava justificar por que a Síria ainda mantinha uma aliança e apoio à um Estado não árabe que até então ocupava uma grande área do território árabe.

Ainda nesse espaço de tempo, os Estados Árabes e a URSS tentavam simultaneamente incentivar al-Assad a abandonar sua amizade com o Irã, pois segundo Goodarzi (2006), o líder sírio tinha boas razões para abortar sua relação com a República Islâmica. A razão pelo qual ele não abandonava o Irã para juntar-se à

---

<sup>9</sup> “Eles não viam a revolução como uma oportunidade para acabar com o conflito saudita-iraniano, mas como um evento que poderia espalhar desequilíbrio doméstico nos Estados vizinhos e ameaçar sua estabilidade regional” (tradução nossa).

tradicional política árabe de tentar diminuir o risco de conflito regional com Israel intriga ainda alguns observadores. Em larga escala, a União Soviética, a Arábia Saudita e a Jordânia pressionavam a Síria para abandonar o Irã e juntar-se ao Iraque, uma vez que isso teria facilitado o dilema securitário com Israel, melhorando sua posição nacional e internacional e ainda mantendo equilibrado o fluxo de auxílio financeiro e econômico para reparar sua situação econômica doméstica.

Goodarzi (2006) examina as relações bilaterais entre a Síria e o Irã, percebendo as falhas de conclusões daqueles que argumentavam que a aliança entre ambos países era apenas conveniência, como se fosse um *link* tático com mesmas ideologias e objetivos. Na verdade, ambos países viam um no outro uma oportunidade única para si na região e a utilidade que haveria preservando a aliança para conseguir uma política externa independente e moldar a seu favor as políticas do Oriente Médio.

Terrill (2011) apresenta alguns motivos pela qual a relação entre a Síria e o Irã durou para além dos dias do conflito Irã-Iraque. Primeiro, pelo desejo iraniano de apoiar Damasco em um possível futuro conflito com Israel, um grande inimigo do Irã. Em segundo lugar, ambos países não têm confiança alguma para com os Estados Unidos. Inclusive, foi pelo presidente George W. Bush que ambos Estados foram compilados no mesmo patamar aos olhos dos norte-americanos. Apesar de até então só o Irã fazer parte do “Eixo da Resistência”, a Síria preocupava-se que o movimento posterior à invasão norte-americana ao Iraque fosse o de ataque ao seu território, caso este fosse pacificado e convertido rapidamente em um Estado pró-ocidente.

Além desses dois Estados, Bush incluiu ao “eixo do mal” um importante ator não-estatal, o Hezbollah libanês. Para isso, faz-se necessário compreendermos o que se entende por ator não-governamental e qual sua importância nos dias de hoje.

No Sistema Internacional do pós-Guerra Fria, evidencia-se a ascensão de atores não-estatais que passam a ter significativa relevância no campo das Relações Internacionais. Entende-se que, uma vez que o mundo globalizado consegue disseminar informações de forma instantânea, a segurança internacional precisará abranger mais que a antiga comunidade de Estados (OLSSON; WILDNER, 2018). O conceito de atores não-estatais tem variado durante as últimas décadas. Há controvérsias em relação à denominação destes. Segundo Melos e Roberto:

if they pose a threat to its own existence or its allies, normally they will be defined as terrorists or insurgents; on the other hand, if they serve to delegitimize or weaken adversaries in the international arena, these groups might be named as liberation movements and freedom fighters. (MELOS; ROBERTO, 2014, p. 248) <sup>10</sup>

Ainda, Melos e Roberto (2014) argumentam que a maioria dos atores militares não-estatais se originam dentro de um determinado Estado, agindo dentro de seus limites territoriais, podendo ter projetos de internacionalização da sua agenda. Os atores não-estatais têm perspectivas de internacionalização para ter representação em outros países e precisam recursos através do apoio de cidadãos locais, patrocinadores externos e/ou roubos. Ademais, esses atores tem a capacidade de formular uma identidade própria que será disseminada para atrair voluntários semelhantes de todos os cantos do globo. Skezely (2012) afirma que existe uma maneira mais fácil e eficaz de atrair membros: através do marketing da missão do tal grupo, legitimando sua causa.

Esse é o caso do Hezbollah, grupo que hoje é considerado um dos mais poderosos atores não-estatais dentro do Líbano (MIKAELIAN; SALLOUKH, 2016). O que antes era uma frente de resistência que visava a liberalização do território libanês da ocupação israelense, hoje é um poderoso ator doméstico que assume um grande papel na estratégia regional do Irã. A criação do Hezbollah está diretamente ligada com o pensamento iraniano, que surgiu em 1979 com sua revolução, de unificar todos os povos islâmicos em um grande Estado Islâmico, a *umma* - Nação Muçulmana - (MELOS; ROBERTO; 2014).

De acordo com Costa (2004), na década de 1980 houve a intensificação do conflito israelo-palestino, o que impactou diretamente no Líbano, sede da Organização pela Libertação da Palestina (OLP) e de seu líder, Yasser Arafat. A criação do Hezbollah advém da Operação Paz para a Galiléia de 1982 – a segunda invasão israelense ao Líbano. Nesta, o exército de Israel conseguiu expulsar Arafat e a OLP de Beirute. Os Estados telespectadores da comunidade internacional não viram a ação

---

<sup>10</sup> “Se eles se apresentam como uma ameaça a sua existência ou à dos seus aliados, normalmente eles serão definidos como terroristas ou insurgentes; no entanto, se eles servirem para deslegitimar ou enfraquecer seus adversários na arena internacional, esses grupos poderão ser nomeados como movimentos de libertação ou militantes pela liberdade” (tradução nossa).

israelense com bons olhos, fazendo com que Israel retirasse suas tropas da capital libanesa, marchando para o Sul e formando a zona de segurança em 10% do território do Líbano. “A presença israelense no Líbano durante o período da guerra civil serviu para realçar as diferenças entre os grupos em conflito e reforçar os questionamentos acerca da existência de uma nação libanesa” (COSTA, 2004, pp. 132).

A crença de que se necessitava apaziguar o Líbano acarretou na criação da força de paz chamada United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL). Esse agrupamento era oficialmente internacional, mas era basicamente composto por norte-americanos (COSTA, 2004). Essa organização acabou perdendo legitimidade frente ao povo quando foi imparcial na guerra civil libanesa, ficando ao lado dos cristãos em vários momentos do conflito. Isso acabou intensificando o repúdio dos muçulmanos para com o ocidente.

O primeiro atentado da história de homem-bomba foi o marco que exaltou esse ódio dos muçulmanos. Um grupo extremista planejou o ataque ao quartel dos Marines em 1983 e essa ação mostrou-se vitoriosa, pois as tropas norte-americanas deixaram o Líbano. Dois anos mais tarde, uma ramificação do *Afwaj al-Muqawat al-Lubnaniyya* (AMAL) tornou-se independente e assumiu características mais extremistas, fundando o Hezbollah.

Segundo Costa (2004),

[...] a organização passou a lutar pela retomada da soberania do Líbano, cujo principal empecilho era a presença israelense. No Sul do país, onde havia o domínio da OLP, o Hezbollah montou suas bases e campos de treinamento. Em pouco tempo se transformou no principal grupo armado em ação no Líbano (COSTA, 2004, pp. 134).

Esse movimento ganhou força rapidamente com o auxílio logístico, financeiro e militar da Síria e do Irã. Além da presença no Líbano, o centro de inteligência norte-americano afirma que o grupo possui células na Europa, África, América do Norte e Sul.

O assassinato do ex Primeiro-Ministro libanês, Rafik Hariri foi primeiramente atribuído ao Hezbollah. Mesmo que não se obteve uma certeza nessa acusação, a Síria passou a especular sobre a morte de Hariri, o que disseminou um sentimento de repúdio à Síria entre os libaneses. Por isso, a Síria retirou todas suas tropas do território vizinho, alternado drasticamente a balança de poder no Líbano (BLOOM, 2008). Isso

possibilitou que o Hezbollah se tornasse a força militar mais poderosa no Líbano, se auto definindo como uma força de resistência libanesa e regional (BLOOM, 2008).

A grande discussão é se o Hezbollah é ou não uma parte do Líbano, ou seja, se ele age em nome do governo libanês ou por si só. Para Bloom (2008), o argumento mais forte de que o grupo não age em nome do Líbano é de que o Irã e a Síria são os responsáveis por assistir o Hezbollah com ajuda financeira e militar. Assim, a questão poderia ser respondida evidenciando que o grupo não é um agente patrocinado pelo governo, mas sim um governo politicamente organizado que está meramente ocupando o território libanês e se sustentando com ajuda de outros Estados (BLOOM, 2008).

Com o fim da Guerra do Líbano, o acordo de TAIF, firmado entre todas as divisões no Líbano, aumentou a participação dos muçulmanos na política libanesa e permitiram que o Hezbollah participasse das eleições, passando a atuar na estrutura interna do Líbano, não mais somente no caso de Israel (COSTA, 2004).

Do ponto de vista de Goodarzi (2006), para restaurar a unidade dos xiitas como no grupo Hezbollah do Líbano, seria preciso uma forte coalizão com a Síria. Em 1988, a aliança sírio-iraniana consolidou-se. Já havia sobrevivido a inúmeras tensões internas e severas disputas. O desejo constante de manter essa parceria era identificada inclusive na sua habilidade comum de um consultar o outro, particularmente quando havia divergência de interesses, para que pudessem chegar a um acordo de mútua satisfação.

Na década de 1990, o posicionamento dos Estados Unidos pró-Israel nas negociações entre este e os países árabes, seu apoio à insurgência de uma aliança turco-israelita para isolar o Irã e a Síria, seu desejo de explorar as diferenças entre o Irã e o Golfo para justificar a presença de seu exército e de vendas de armas justificam também a insistência do Irã e em manterem cada vez mais forte seus laços com a Síria no período posterior à Guerra Fria.

Constatam Roberto e Visentini (2018) que o Irã transpassa sua estratégia de defesa para formar a estratégia de defesa do Eixo da Resistencia. Para o Irã, sua postura deveria ser de apoiar sua aliada Síria que estava sendo cercada, revidando contra as guerras proxy com os Estados sunitas, mantendo uma presença estratégica no Levante para uma boa política regional.

### 3.2 Relações Arábia Saudita-Síria no pré-Primavera Árabe

Com a ascensão de Bashar al-Assad ao poder (2000), as relações entre Damasco e Riad melhoraram significativamente (BLANGA, 2017). Os sauditas queriam consolidar o status do novo presidente, enquanto Bashar queria coordenar sua posição e cooperar com a Arábia Saudita para ter respaldo em um possível conflito entre ele e o governo de Saddam Hussein no Iraque. Além disso, queriam obter apoio na possível pressão que os Estados Unidos exerceriam na Síria após os ataques do 11 de setembro.

No entanto, a relação entre os vizinhos começou a deteriorar-se no início do ano de 2002. Em uma cúpula da Liga Árabe nesse ano, a Arábia Saudita declarou seu desejo de que o conflito Israel-Palestino cessasse e os demais países parecessem concordar. No entanto, no discurso proferido por Bashar al-Assad, este afirmou que estava de acordo, porém com algumas ressalvas. Ele desejava que os membros da Liga rompessem relações com Israel e apoiassem os levantes palestinos (BLANGA, 2017). Além disso, no final de 2003, as relações estremeceram ainda mais quando a Síria se recusou a apoiar a coalizão liderada pelos Estados Unidos para invadir o Iraque. O pedido era de que al-Assad abrisse suas fronteiras que levavam ao Iraque. Isso fez com que inclusive os Estados Unidos isolassem a Síria no cenário regional e na arena global (BLANGA, 2017).

O estopim para a quebra de relação entre a Síria e a Arábia Saudita foi o assassinato do Primeiro-Ministro libanês Rafiq al-Hariri, político muito próximo ao governo saudita. Esse caso, como já visto, havia também estremecido a relação sírio-libanesa. O Reino saudita acusou Bashar al-Assad de coordenar sua morte e assim deu-se o fim das relações entre ambos países, inclusive de forma pública nos meios de comunicação. A Arábia Saudita, que antes poderia prover apoio aos sírios, passa a fortalecer sua aliança com os Estados Unidos para punir a Síria.

Apesar dos fatos apresentados, Blanga (2017) enfatiza ações que demonstram a tentativa de ambos países, a Síria e a Arábia Saudita, de não romper totalmente sua ligação. Algumas ajudas do Reino Saudita possibilitaram que Damasco não fosse desestabilizada de forma generalizada.

Por dois motivos justificam-se a diplomacia pendular saudita à época. Em primeiro lugar, pois o Reino focava em manter a estabilidade na Síria, uma vez que caso essa se desestabilizasse, poderia alterar o status quo de toda a região. O segundo motivo é que a Arábia Saudita tinha a pretensão de enfraquecer o elo entre Damasco e Teerã, com crença de que quanto mais isolada estivesse a Síria, mais próxima do Irã era se posicionaria.

No entanto, a balança de relações entre Síria e Arábia Saudita estremece na guerra do Hezbollah contra o Estado de Israel. O amplo apoio sírio ao ator não-estatal libanês causou muita pressão em Damasco por parte dos outros Estados Árabes, pois não faria sentido o Estado sírio apoiar uma organização xiita que estaria ajudando a desestabilizar a região. A última ligação entre os dois Estados foi a Guerra do Líbano (2006).

Em 2009, houve outra oportunidade de aproximação motivada pela própria Arábia Saudita. A autora Blanga (2017) aponta quatro justificativas as quais teriam respaldado essa atitude saudita: a primeira, que a presença iraniana ainda era de se temer; a segunda, que era fundamental resolver o conflito libanês que respingava em alguns países da região; terceiro, que a mediação do Rei Abdullah em um acordo firmado entre Israel e Palestina teria comprovado a hegemonia saudita ainda presente na região e seria de interesse sírio a reconciliação das facções israelo-palestinas; e quarta, que a nova administração norte-americana de Barack Obama forçou a Arábia Saudita a adotar a mesma linha política leve para com a Síria.

### **3.3 Ingerências do Irã e Arábia Saudita na Síria durante a Primavera Árabe**

A relação sírio-saudita e sírio-iraniana no período prévio a Primavera Árabe pode justificar a atuação de ambos países no cenário da Síria a partir de 2011. Como já foi abordado, a proximidade do Irã com a Síria antes dos levantes mostra que, em período de manifestações, ainda manteriam laços mais fortes do que com a Arábia Saudita. Isso pode se dar pelo fato de que a oposição – tanto de Estados como de atores não-estatais - ao governo de Bashar al-Assad é similar ao do governo da República Islâmica.

Para que se possa compreender como ocorreu a ingerência saudita e iraniana no território sírio, será exposta ao longo desta subseção a composição da oposição de al-Assad. Em seguida, compreenderemos o que se entende pelo termo ingerência para que possamos abordar com mais clareza dados de intervenção da Arábia Saudita e do Irã na Síria na Primavera Árabe.

A oposição síria no exterior – principalmente exilados políticos e a Irmandade muçulmana - formou em 2006 a Frente Nacional para Libertação da Síria (FNLS), com a presença do vice-presidente rechaçado pelo governo al-Assad, Abdel-Halim Khaddam. Essa coalizão foi inaugurada assim que o governo de Bashar al-Assad começa a sofrer pressões internacionais pela sua atuação no Líbano, acusado de estar atuando como um ator proxy dos Estados Unidos e Arábia Saudita (HOKAYEM, 2013).

Diferentemente de uma oposição comum, na Síria estava crescendo uma sociedade civil desinteressada pela sua política. Para Hokayem (2013), isso torna-se irônico uma vez que o governo estava projetando alguns esforços para reluzir uma imagem de progresso com de uma juventude mobilizada para tentar romper com a percepção de uma Síria de capacidade diminuída.

A juventude militante na Síria tinha as mesmas motivações que as de outros Estados Árabes engajados na Primavera Árabe: clamor econômico, político e social. Através de manifestações nas maiores cidades do país, jovens ativistas foram responsáveis por organizar o movimento sírio (HOKAYEM, 2013). No mês de abril de 2011, essa juventude organizada já possuía Comitês de Coordenação Local (CCL) em diversas áreas do país, canais por onde eram coordenados protestos pacíficos todas as sextas-feiras com manifestações coerentes e progressistas. Esse movimento adotou uma bandeira da Síria pré-Baathista como o símbolo de sua revolução.

Com o passar do tempo, movimentos similares foram surgindo, incluindo a chamada Comissão de Revolução Geral da Síria e o Alto Conselho da Revolução Síria (HOKAYEM, 2013). Com essa expansão, as manifestações passaram a englobar profissionais de classe média e trabalhadores rurais. Em algumas cidades específicas onde havia mais simpatia à oposição, como Hama e Homs, as manifestações ocorriam em praças centrais. Nos outros lugares, os manifestantes agrupavam-se em mesquitas e vizinhanças locais.

Apesar disso, a dificuldade encontrada para obter melhorias do governo foi o que motivou a mudança de posição dos ativistas pacíficos, que passam a formar estruturas mais radicais de manifestação. A oposição síria, de acordo com Hokayem (2013), cresceu complexa e menos organizada quando comparada à Líbia, por exemplo. Era possível ver, através de sua formação, a diversidade e divisão de grupos étnicos já existentes na sociedade. Além disso, logo ficou evidente que as figuras opositoristas internas e externas estavam desconectadas dos novos ativistas que então comandavam os protestos e depois armaram os grupos rebeldes.

Governos ocidentais, Estados do Golfo e a Turquia atuaram inicialmente de forma separada, por vezes até conflitando nos esforços para “cultivar” a oposição síria (HOKAYEM, 2013). Após anos ignorando o papel de ativistas sírios, os Estados Unidos e a União Europeia sofreram para tentar identificar e ajudar a organizar a oposição interna e do exterior. O pensamento ocidental era de que unificando e dando poder à oposição síria, conseguiriam representar uma grande parte da população síria ao passo que também legitimam a diplomacia do movimento.

Não obstante, a tentativa de formar uma oposição autoritária e inclusiva rapidamente se demonstrou frustrante. Os esforços aplicados para identificar atores chave no interior da Síria foram dificultados pela natureza fragmentada do levante sírio iniciado em 2011. De acordo com Soares (2018), além da oposição leal, a saber: o Movimento Socialista Árabe de Ali Haidar e o Partido da Vontade Popular, o Comitê de Coordenação Nacional (NCC), uma organização de grupos esquerdistas, nacionalistas e facções curdas fundadas em junho de 2011 lutavam por uma oposição pacífica ao regime. Outro grupo, formado por civis e militares desertores, é o Exército Livre da Síria, que luta por uma transição de governo pacífico e é fundamental para a luta contra o Estado Islâmico.

Além desses, há o Conselho de Comando revolucionários, formado por mais de 100 mil combatentes, possivelmente vinculados à Al-Qaeda (SOARES, 2018). De acordo com Soares (2018), a Frente al-Nusra, grupo jihadista e salafista, também tem o objetivo de estabelecer um estado islâmico no país.

No exterior, novas frentes argumentando que representavam a nova oposição organizaram alguns encontros na Turquia e Qatar. A oficialização desse processo

deu-se com a formação do Conselho Nacional Sírio (SNC). Esse conselho demandava a deposição de Bashar incondicionalmente, apoiado por figuras de plano de fundo liberal, esquerdista, nacionalista, não-filiados e inclusive da Irmandade Muçulmana (HOKAYEM, 2013). Esse conselho logo passou a obter apoio financeiro e político da Turquia, Qatar e, em menor medida, da Arábia Saudita.

Segundo Hokayem (2013), a oposição síria dividia-se em questões importantes como: a militarização dos levantes, a internacionalização da crise, os recursos para intervenção externa, e os méritos e maneiras de diálogo com o regime al-Assad. De maneira menos significativa, existia uma competição interna entre os grupos opositoristas para uma legitimidade interna e patrocínio externo.

Para o SNC era vital atrair fundos para financiar operações de rebeldes e liberação humanitária para criar credibilidade e autoridade no âmbito externo sírio (HOKAYEM, 2013). Os montantes arrecadados eram, no entanto, incomensuráveis, além de alguns contribuintes individuais optarem por burlar o Conselho e fundar grupos específicos dentro da Síria.

O pouco dinheiro que provinha de governos externos não era muito menos problemático, uma vez que os governos ocidentais eram sempre relutantes em participar com patrocínio para assistências letais, dirigindo seu dinheiro geralmente para causas humanitárias e apoiar ativistas, enquanto os Estados do Golfo cediam capital para formação direta de determinados grupos de seu interesse.

O SNC deveria ser o representante da oposição síria na arena internacional. Isso dependia diretamente da habilidade de suas lideranças de encontrar um consenso interno para com estratégias de diplomacia, militarização e intervenção: itens que necessitavam de uma mínima capacidade de liderança, o que o SNC carecia.

Em outubro de 2012, Riad Seif, um ativista da oposição responsável pela fundação do SNC lançou um esforço político para criar outra coalizão opositorista. A Iniciativa Nacional Síria (SNI) tinha objetivos de representatividade mais ampla, unificando os rebeldes abaixo de seu poderio. Além disso, segundo o Carnegie Middle East Center, a SNI seria responsável por formar um governo transitório para administrar as áreas liberadas e governar o país após a desejada queda de Bashar al-Assad.

Uma vez que identificamos a estrutura de oposição síria ao governo de Bashar al-Assad, abordaremos agora o termo ingerência, considerado *conditio sine qua non* para que sejam discutidos os interesses por trás da ingerência da Arábia Saudita e Irã em território sírio no período da Primavera Árabe. A soberania dos países é muitas vezes posta à prova quando um deles encontra-se com problemas internos. Até quando outros Estados devem deixar a resolução de problemas nas mãos do governo nacional?

O autor Ricardo Seitenfus traz a definição de que a ingerência ocorre quando “um país impõe ao outro determinada conduta ou situação que ele não desejaria por si” (SEITENFUS, 2002, p. 14). Nisto, o primeiro país estaria expressando um grau de desrespeito à soberania do outro. Delimita que, quando a ingerência for um feito coletivo, estruturada através de alianças ou organizações internacionais, não constará como uma ingerência de fato, apenas um acontecimento comum no Sistema Internacional. De mesmo modo, a aplicação de sanções não militares também se enquadra como mais um ocorrido na vida internacional.

Seitenfus argumenta que à ingerência não se pode atribuir apenas intervenções militares, mas um outro grande leque de ações (SEITENFUS, 2002). Para categorizar as tipificações, o autor divide a ingerência nos seguintes níveis: pressões em sentido lato; rompimento de relações diplomáticas e comerciais; embargo e outras sanções internacionais; intervenção consentida; e intervenção armada.

A interferência de um país em outro pode ser justificada pelo anseio de poder. A ingerência, por exemplo, pode ocorrer por desejos geopolíticos. Supondo que um país não tenha acesso ao mar, entende-se que a invasão ao seu vizinho signifique a necessidade de ter uma rota oceânica. Também pode ocorrer a ingerência econômica, sancionando um país inimigo ou privilegiando um Estado aliado para obter os melhores cenários na sua própria economia. Além disso, muitos países utilizam-se da ingerência indireta, através de terceiros ou de estratégias com lobbies internos nos países para que o país “invadido” aja como o “invasor” deseje.

Além disso, para Hugo Fernandes (2016), a partir da Guerra Fria, as duas maiores potências do globo utilizavam-se das “*proxy wars*” para interferir em outros Estados, com o objetivo de alcançar seus objetivos estratégicos através de terceiros.

O conceito de proxy forces, designadas por forças de “substituição” ou “procuração” diz respeito ao empenhamento indireto de um Estado, através da utilização de um terceiro elemento/ator sobre outro Estado, para conduzir operações subversivas em seu proveito. (FERNANDES, 2016, p. 23)

Os proxies, portanto, são atores substitutos que atuam a mando e a benefício de um ator principal que não lutará diretamente com seu inimigo. De acordo com Silva (2016), na *Guerra Proxy*, o ator principal trata de evitar a participação direta e a responsabilidade pela guerra.

O conflito armado proxy funciona como uma opção racional de reduzir os custos militares, econômicos e políticos da guerra interestatal (gastos e perdas nas Forças Armadas, possibilidade de comprometimento da infraestrutura estatal, ameaças a população civis e ao território nacional e pressões da opinião pública internacional). Há ainda o desenvolvimento e a difusão tecnológica de armamentos militares que dissuadem intenções de conflito direto (SILVA, 2016, p. 7).

Isso faz com que as guerras entre os Estados sejam praticamente extintas, exceto em casos de países mais poderosos contra outros mais fracos (SILVA, 2016). Além disso, os governos que se utilizam dos *proxies* evitam o constrangimento de uma guerra interestatal, principalmente Estados cujos governos sejam autocráticos (SILVA, 2016).

A autora Mariela Cuadro (2016) discute a aplicação do conceito de *guerras proxy* no advento da Primavera Árabe, uma vez que sua hipótese é de que os conflitos que a "formaram" foram resultado do intervencionismo cruzado dos países do Golfo, que se utilizaram dessa guerra para dirigir os acontecimentos da região, tanto com objetivo de manter o status quo como o de tornar os levantamentos favoráveis para si.

Com a redefinição do conceito de soberania, sabe-se que os Estados não têm mais plena autonomia no seu território, devendo ajustar-se às normas internacionais. Portanto, as intervenções que não tem uma finalidade legítima, tendem a ser feitas de forma indireta, sem colocar em risco a vida dos próprios cidadãos e evitando críticas por parte da comunidade internacional. No caso em análise, o conflito direto era praticamente impensado.

Com a instalação da Primavera Árabe e a aparente neutralidade dos Estados Unidos frente a caída dos seus aliados na região, como Hosni Mubarak, os Estados do

Golfo foram levados a retornar à prática da diplomacia e a participar de forma direta da política regional, esforçando-se para completar o vácuo de poder deixado pela decadência dos grandes líderes árabes (CUADRO, 2016). No caso do Irã e da Arábia Saudita, esses países atuaram de distintas formas, levando-os a enfrentar-se através das Guerras Proxy.

No que diz respeito à ingerência do Irã na Primavera Árabe síria, faz-se necessário, para compreender sua atuação, analisar as forças internas do Irã. Com efeito, a força militar nacional que protege o Irã, a Islamic Revolutionary Guard Corps (IRGC), criada na Revolução Islâmica de 1979 e ainda faz parte da estrutura militar iraniana. Atualmente, a IRGC é a maior força de segurança interna e externa do país e opera com cerca de 150.000 soldados (RYDELL, 2017). Um ramo da IRGC foi criado para defender também os grupos xiitas e aliados em perigo em outros Estados da região.

De acordo com Rydell (2017), na Síria, suspeitava-se da possível presença do IRGC, mas confirmou-se em fevereiro de 2013, quando o General iraniano Hassan Shareri foi assassinado em uma estrada entre Damasco e Beirute, depois de ter passado em Aleppo. A presença de um militar iraniano de alto escalão em território sírio – especialmente em uma das cidades mais perigosas do conflito - evidencia o significativo interesse do Irã em fazer valer suas vontades nesse país. A IRGC também ajudou a estruturar as Forças de Defesa Nacional (NDF) em 2012, uma organização paramilitar síria, formada por 100.000 homens de vários grupos étnicos, que apoiavam o regime de Bashar al-Assad.

Com a piora na situação do governo al-Assad, o Irã enviou membros de suas Forças De Reforço Da Lei (LEF) e do IRGC para aconselhar Bashar al-Assad de prosseguir com seu auxílio no treinamento e suporte logístico para os militares sírios. Segundo o U.S. Department of Treasury (USDOT), o Irã teria transportado equipamento militar até a síria, justificando a sanção americana para com três linhas aéreas iranianas. A Iran Air teria transportado armamento bélico como itens de assistência médica, a Mahan Air foi apontada como transportadora da equipe do IRGC do Irã até a Síria e a Yas Air teria transportado armamento do IRGC (USDOT).

O suprimento com material estratégico para o regime de al-Assad também foi enriquecido pelo Hezbollah, principalmente quando o ditador passa a perder o controle das certas partes sírias em 2012. Esse ator não-estatal teria apoiado o regime com forças bem treinadas, uma vez que seus interesses se alinham quase inteiramente com o iraniano. Além disso, os líderes do Hezbollah estavam ligados ao governo sírio para assegurar a passagem de armamento bélico do Irã para sua organização.

Iran's role in creating, arming, financing, using and fighting alongside LH is well documented, and LH's approach to the Syrian conflict should not be understood as being independent of Iran's. Moreover, Iran's own interests in Syria are in large part defined in terms of preserving supply lines to LH, ensuring its survival. Given this symbiosis, Iranian and LH approaches to Syrian political transition and similar issues are likely to be convergent, yet not with the Assad-regime (RYDELL, 2017, pp. 21).<sup>11</sup>

Como afirma Moa Rydell (2017), o governo iraniano, como um típico apoiador *proxy*, nega qualquer tipo de assistência ao regime de Bashar al-Assad. Além disso, Rydell constata em sua análise que o Irã utiliza a Síria como um ator proxy, apenas para alcançar seus próprios interesses na região.

No que se refere à ingerência da Arábia Saudita na Primavera Árabe na Síria, constata-se que é bastante difícil ter dados sobre a ajuda de Riad na Síria, uma vez que os números divulgados do apoio à Síria foram erroneamente vazados por algum órgão governamental (RYDELL, 2017). O apoio saudita geralmente se dá através da maior vantagem do país, o dinheiro, e geralmente acontece “por trás dos panos”. No entanto, quando a Arábia Saudita apoia algum ator não-estatal, torna-se quase impossível encontrar algum resquício de evidência no tal ato. Em seguida, será evidenciado algumas informações que foram descuidadamente divulgadas pelo governo.

De acordo com Rydell (2017), desde o ano de 2012 a Arábia Saudita demonstrava desgosto com o governo de Bashar al-Assad. O Primeiro-Ministro da época, Príncipe Saud al-Faisal, mostrava-se descontente com o apoio humanitário que

---

<sup>11</sup> O papel iraniano em criar, armar, financiar, usar e lutar ao lado do Hezbollah Libanês (LH) é bem documentado e a abordagem do LH ao conflito sírio não deveria ser entendido como independente da abordagem iraniana. Além disso, os interesses próprios do Irã são definidos, em grande medida, preservando as linhas de abastecimento do LH, garantindo sua sobrevivência. Dada a simbiose, a abordagem do Irã e do LH à transição política da Síria e problemas similares serão geralmente convergentes, porém, não com o regime de al-Assad (tradução nossa).

seu país estava provendo a Síria, uma vez que ele identificava como melhor estratégia ceder armas à oposição síria. Os líderes sunitas da época também se pronunciavam publicamente chamando a população para a *jihad* na Síria e demonstravam descontentamento para com aqueles que aguardavam pela intervenção ocidental.

A ingerência saudita se dá através de financiamento dos rebeldes opositores ao governo de Assad, envio de armas pela Turquia e Jordânia, além de sanções econômicas e políticas através da Liga Árabe, organização a qual é praticamente guiada pela Arábia Saudita (RYDELL, 2017). Segundo Franca (2017), a ingerência do Reino saudita se deu pelo fato de que a queda do regime vigente na Síria acarretaria em uma redução da liderança iraniana na região, o que abriria espaço para sua própria consolidação. Além disso, a expectativa era de que o novo governo a se instaurar na Síria tivesse a mesma corrente ideológica ou não tão contra a da Arábia Saudita.

A iniciativa de Riad de passar armas e dinheiro à oposição síria – independente desta ser secular ou fundamentalista islâmica – realiza-se com base na expectativa de que tais recursos sejam usados contra o governo em uma tentativa de derrubar Assad o mais rápido possível. O próprio príncipe Saud al-Faisal, ministro do exterior saudita, disse que apenas ajuda humanitária para a Síria era pouco, e que armar os rebeldes era uma ótima ideia (ROBERTO, 2012, pp. 61)

Nesse período, pode-se também ressaltar a barganha política do Reino saudita para com os seus vizinhos. Com a Jordânia, negociaram o transporte de armas para a Síria em troca de assistência econômica. No Iraque, sua população sunita deseja ver os xiitas fora do país. Por isso, passam a receber apoio da Arábia Saudita para passar armas à oposição de al-Assad, uma vez que seria vantajoso para estes a derrubada do então regime Sírio (ROBERTO, 2012). Em 2011, na tentativa de derrubar o regime de Bashar al-Assad, a Arábia Saudita conseguiu que a Síria recebesse uma suspensão associativa na Liga Árabe e solicitou uma intervenção da Organização das Nações Unidas, ação que foi vetada pela China e Rússia no Conselho de Segurança desta.

Algumas fontes de noticiários divulgaram a informação de que a Arábia Saudita teria enviado armamento à oposição em 2012 através de aliados tribais sunitas no Iraque e no Líbano (IBISH, 2016). Além disso, um memorando ultra-secreto enviado pelo Ministro do Interior no ano de 2012 e logo descoberto, revelava que a Arábia

Saudita havia enviado presos com pena perpétua para lutar na Síria contra o regime de al-Assad. De acordo com o documento, 1239 prisioneiros teriam embarcado nessa “missão”, com a recompensa de uma anistia posterior, bem como um salário mensal para suas famílias. Um membro do parlamento iraniano confirmou a autenticidade do documento e os prisioneiros do Iraque que participaram dessa missão na Síria voltaram confirmando a proposta do governo, forçando o regime saudita a admitir o feito. Assim, identifica-se também no caso saudita a utilização da oposição síria como atores proxy, cujo objetivo era meramente satisfazer suas próprias necessidades e interesses como Estado.

No capítulo 4 será feita uma análise comparativa entre os interesses do Irã e da Arábia Saudita no quadro regional e internacional, especialmente no caso sírio, a fim de identificar as divergências de posicionamento dos grandes Estados Árabes da região.

## **4 ÂMBITO REGIONAL E INTERNACIONAL: IRÃ E ARÁBIA SAUDITA EM LENTES GLOBAIS**

Como visto no capítulo anterior, tanto a Arábia Saudita quanto o Irã tiveram importantes papéis na Primavera Árabe Síria e, posteriormente, na Guerra Civil que se desencadeou nesse território. Ao longo deste capítulo serão analisadas as perspectivas iranianas e sauditas no que tange à Síria no período em discussão. Para isso, serão trabalhadas as identidades nacionais de cada um desses Estados, bem como sua ideologia e riqueza material. Na sequência, serão explorados seus interesses e aliados no quadro regional do Oriente Médio e, em seguida, no quadro internacional com a interferência de grandes potências mundiais como os Estados Unidos, a Rússia e a China.

### **4.1 Perspectiva Iraniana**

A presença de fortes atores globais sempre foi significativa no Mundo Árabe, especialmente no pós-11 de setembro, como já mencionado. Com a invasão estadunidense ao Afeganistão (2001) e ao Iraque (2003), a presença dos Estados Unidos firmava-se nas fronteiras do Irã desde então. A pressão que o Irã sofreu após os ataques às torres gêmeas em Nova York fez com que o Estado reagisse através do reforço do seu programa nuclear e maior apoio ao Hezbollah e Hamas, em especial contra Israel na Guerra em 2006. Isso causou, em países próximos, como a Arábia Saudita, um temor e suspeita de que estaria se formando um arco xiita, liderado pelo Irã, com extensão do Líbano e Palestina até o Iraque. Com o aumento de apoio iraniano no Líbano e também com o Hezbollah no conflito de 33 dias com Israel (2006), intensificou-se o discurso do perigo que o arco xiita apresentava.

Nessa época, os Estados do Golfo começaram a perceber que o Irã era o principal problema de segurança e já não mais Israel. Com isso, inicia-se a formação de uma frente sunita (CHUBIN, 2012). De acordo com Chubin (2012), o Irã respondeu às ameaças israelenses e norte-americanas para com suas instalações militares afirmando que revidaria de forma a prejudicar as bases norte-americanas no Golfo ou fechando o Estreito de Ormuz, o que prejudicaria diretamente os vizinhos inimigos. Ainda, de forma demonstrativa, o Irã continuou suas práticas de exercícios militares no golfo, coincidindo com aparições públicas de teste de mísseis.

Na década de 2010, as táticas iranianas eram claras. Da mesma forma que a União Soviética, o Irã queria estar em uma posição em que nenhuma decisão regional fosse tomada sem que ele fosse referenciado. Para garantir isso, envolveu-se em um amplo leque de assuntos regionais, tanto para conseguir poder de barganha ou para modificar algum resultado não positivo. O objetivo final era o de ratificar o desejo iraniano de ser um poder regional, onde todo e qualquer inimigo precise aceitar que o Irã fosse um ator de alta significância a ser considerado (CHUBIN, 2012)

De acordo com Chubin (2012), com a pressão internacional sobre sua economia e sua política, o Irã tinha três alternativas: a primeira, procurar um compromisso estratégico em relação à questão nuclear para reduzir a pressão externa; a segunda, exercer força na região para aprimorar sua posição de barganha; e a terceira, aceitar de lidar com a situação por meio de algum ajuste tático e aceitar em algum aspecto, sem produzir muito assunto sobre seu papel revolucionário. Outra complicação apontada por Chubin (2012) é a de que o Irã tem sua política externa intimamente ligada à interna, quase como um refém.

Os fatores que determinam a maneira com que os Estados desenvolvem suas políticas no Sistema Internacional são nomeados por Holsti (1970) como National Role Conceptions (NRC). O conceito foi desenvolvido por este com base em valores, crenças e ideologias de cada nação para justificar feitos destes. Luiza Cerioli (2018) aponta as concepções nacionais do Irã e da Arábia Saudita para que se compreenda como cada um desses Estados mencionados chegaram a disputa por liderança na região do Golfo Pérsico.

A primeira República Xiita da história, o Irã, tem como concepção nacional a liderança regional. Isso implica que o país carrega consigo a imagem de um líder revisionista que considera a ordem regional não favorável para os muçulmanos. Seu slogan durante a Guerra Fria era “nem leste, nem oeste” e o Estado consolidou-se como a voz daquelas nações anti-monarquias, anti-ocidente e anti-Israel (CERIOLI, 2018). O líder da Revolução Islâmica do Irã, o Aiatolá Khomeini, denominou a emergência da nova República do Irã como o “centro do Oriente Médio” e que a ordem internacional deveria ser estabelecida para os atores dessa região. Ainda, Cerioli (2018) justifica a atribuição desse papel nacional para o Irã quando afirma que o país

conquistou seguidores com seus discursos de grandeza e resistência, principalmente com os aliados não-estatais, como o Hezbollah.

Em seguida, aplica-se ao Irã a característica de Estado protetor da fé, uma vez que a lei que rege o Irã é a Sharia e o país foi o primeiro governo Xiita no mundo, como já mencionado. Nas palavras de Khomeini, “our Islamic scheme [is built] to create a kind of unanimity view among Muslims of the world, to unite the Islamic countries, to establish fraternity among different Muslims of the world, to make a pledge with all Islamic governments of the world”<sup>12</sup> (KHOMEINI,1982). Ademais, cabe ressaltar uma importante definição nacional da República Iraniana: a de bastião das revoluções. Isso implica que o Estado se posiciona como um guia das revoluções pelo globo, pois tem a visão de que o sucesso doméstico da sua revolução deva ser espalhado para os outros países.

O Irã, como apontado por Cerioli (2018) também se caracteriza como um agente anti-imperialista. Evidentemente, como ressaltam seus porta-vozes nos discursos públicos, o Irã não compactua com a presença norte-americana na região do Oriente Médio, uma vez que acredita que os Estados Unidos apenas preocupam-se com suas metas anti-imperialistas ao invés de importar-se com o bem-estar do povo árabe (COOK; ROSHANDEL, 2009 *apud* CERIOLI, 2018). Cerioli (2018) apoia sua caracterização na nova constituição da República do Irã, onde consta que esta é baseada na rejeição de todas as formas de dominação.

Fazendo um paralelo com a sua percepção nacional, o Irã se apresenta na região do Oriente Médio como uma alternativa de chefe regional (CHUBIN, 2012). O Estado iraniano quer demonstrar que a única maneira de prover aos palestinos e outros muçulmanos oprimidos os seus direitos é por meio da resistência islâmica, da qual ele próprio se utilizou na guerra contra o Iraque e utilizada pelo Hezbollah na guerra de 33 dias com Israel em 2006.

Com o apoio das massas civis, Teerã consegue sucesso para manobrar a seu favor contra as monarquias árabes inimigas. O discurso iraniano de independência e

---

<sup>12</sup> “Nosso esquema islâmico (está construído) para criar um tipo de visão unânime entre os muçulmanos de todo o mundo, para unir os países árabes, para estabelecer a fraternidade entre os diferentes muçulmanos do mundo, fazer uma promessa com todos os governos islâmicos do mundo” (KHOMEINI, 1982)

identidade islâmica encontrou eco em uma região que, em sua maioria, sempre sofreu nas mãos de regimes repressivos, corruptos e dependentes.

A posição do Irã na Primavera Árabe iniciada em 2011 foi, portanto, em função das frustrações derivadas do status dos palestinos, repressão de minorias, arrogância norte-americana e a intransigência israelita. O poder iraniano alimentou a turbulência na região, sem interesse de construir ou conciliar, mas sim de agravar ou explorar quando necessário.

A primeira reação do Irã aos levantes da Primavera Árabe foi positiva, afinal, a desestabilização do status quo provavelmente o beneficiaria. Com o início da Primavera Árabe, o Irã tinha conseguido vários ganhos no Oriente Médio, e procurava ainda mais vitórias (GAUSE III, 2014). Um possível resultado benéfico seria um reforço dos poderes islâmicos na região, além de reanimar a hostilidade dos vizinhos para com Israel. Além disso, qualquer enfraquecimento de algum estado vizinho daria ao Irã vantagem sobre a corrida onde o prêmio é a liderança regional.

A queda suave dos governos seculares aliados aos Estados Unidos, a Tunísia e Egito, contribuíram para a atitude triunfal do Irã. O governo retratava esses eventos como parte de um movimento Islâmico, não árabe, que começou com a própria Revolução de 1979. De acordo com Gause III (2014), em fevereiro de 2012, o Irã convocou delegações árabes para uma conferência de celebração. O líder Iraniano Ali Khamenei (1989-hoje) pronunciou-se publicamente, referindo-se aos primeiros levantes como uma “derrota irreversível” dos Estados Unidos e deu as boas-vindas ao “Islamic Awakening” ao invés de “Arab Awakening”, uma referência à ligação com a Revolução Iraniana de 1979 (CHUBIN, 2012). A expressão do “despertar” islâmico provou-se totalmente alheia à revolução do Irã de 1979, porém foi incansavelmente repetida, de forma a atrair os eventos no foco do Irã.

O segundo tema discutido pelos líderes iranianos foi o perigo da polarização sectária e dos assuntos estrangeiros naquele momento. A dificuldade com este item, segundo Chubin (2012), é de que o Irã se apresentava como o campeão dos oprimidos, que coincidia justamente com a situação dos xiitas no Bahrein contra a Arábia Saudita. Apesar disso, a República do Irã estava de fato surpresa com os eventos regionais da época e de certa forma incerto de como proceder. Considerando as possíveis

consequências negativas, Chubin (2012) inclui o desmembramento da Síria e do Hezbollah como um “modelo de resistência”, a polarização da região em linhas sectárias, a redução da saliência do problema em relação a Israel e a emergência de um modelo Árabe-Islâmico de política um tanto diferente do da República do Irã e a desobediência civil generalizada.

Face a essas incertezas, de acordo com Chubin (2012), é justificável a reação de confusão e inconsistência do Irã no período iniciado em 2011. De forma ampla, a reação iraniana seguinte foi a de voltar a suas políticas tradicionais de ativismo com visitas navais ao Mediterrâneo, assistência à diferentes elementos no Lêmen e apoio ao governo de Bashar al-Assad, bem como prosseguir com suas políticas de aliança com o Hezbollah e o governo Iraquiano.

A Síria, no momento pós- 1990, fim da Guerra Fria e Guerra ao Terror, era o único Estado árabe aliado ao Irã. Este último, segundo Roberto e Visentini (2015), era o maior fornecedor de armas e equipamento bélico ao país, bem como o grande provedor de petróleo a preços baixos. Em contrapartida, a Síria mantinha aberta as rotas econômicas e militares que beneficiariam o Hezbollah e o Hamas, grupos cujo grande protetor era o Irã. A Síria, portanto, facilitou o contato iraniano com o conflito Israel-Palestina, o que engrandece a posição da política externa do Irã.

Como vimos, o aliado árabe mais próximo do Irã tem sido a Síria, e os primeiros levantes que desencadearam a Primavera Árabe preocuparam Teerã. Assistindo os primeiros conflitos entre a população síria em 2011, as lideranças iranianas concluíram que a perda da aliança da Síria seria lamentável. A relação de ambos países se manteve por pelo menos três décadas, desde o estabelecimento da República Islâmica em 1979 (TERRILL, 2011). Depois da vitória da revolução, a Síria foi um dos únicos países do Mundo Árabe que providenciou ao “novo” Irã apoio diplomático durante a Guerra entre este e o seu vizinho, o Iraque. O desalinamento entre as políticas iranianas e sírias para com as do Iraque de Saddam Hussein ajudou a manter essa aliança, apesar de que ambos possuíam sistemas políticos distintos: a Síria, por ser um Estado secular e do Partido Baath e o Irã por ser uma teocracia xiita (TERRILL, 2011).

O sistema de defesa do Estado Iraniano tem relação com a sua escolha de utilização de capacidades bélicas militares assimétricas, a fim de dificultar seu combate.

Isso dá ao Irã uma vantagem sobre seus inimigos que, em geral, são Estados com superioridade tecnológica (Estados Unidos, Israel e as Petromonarquias do Golfo). Esse método de combate, híbrido e irregular, pode ser abordado de duas formas: com armamentos ou com grupos armados não estatais, os *proxies*. A utilização desses causa ao inimigo um alto custo de combate, o que o fará desistir de atacar. O Irã então, atua de forma assimétrica em dois espaços: controlando o Golfo Pérsico do Estreito de Ormuz, que já é de total domínio iraniano, e na guerra de atrito marítima e o uso de *proxies*.

Segundo Roberto e Visentini (2018), a rede de alianças do Irã com grupos armados lhe confere o poder de desferir guerras indiretas e de baixa intensidade contra inimigos, ao mesmo tempo em que pode pressionar os rivais regionais para não formarem alianças com outros inimigos. O interesse do Irã em que sobreviva o regime de al-Assad e sua parceria estratégica tem demandado bastante dedicação de Teerã, que repete constantemente o apoio incessante e inabalável ao grupo alauíta no poder. No momento posterior em que se percebeu que as insurgentes manifestações se tornaram uma Guerra Civil de grande escala em 2012, o Irã consolidou ainda mais sua posição. Além disso, o Irã ajudou a Síria a derrotar o embargo do petróleo da ONU através de carregamentos do seu próprio, para dar ainda mais força ao seu aliado.

Como não há unidade internacional e o Irã se recusa a aderir a soluções regionais, tal como a Liga Árabe, segundo Chubin (2012), seria improvável que a Síria seja poupada da instabilidade prolongada. Quanto mais este conflito siga adiante, mais enfraquecerá o regime, mas sem uma oposição unificada e a desintegração dos serviços de segurança do estado, o governo alauíta sobrevivera de alguma forma.

Considera-se relevante para este conflito evidenciar também a existência da variável religiosa que está fortemente ligada à forma de governo dos países em análise. Mesmo entendendo que essa questão não é central no conflito, ela não pode ser negligenciada. A religião, como aponta Haynes (2013), pode ser vista como: um sistema de crenças e práticas, geralmente ligada a algo sobrenatural ou sagrado; como um corpo de ideias e pontos de vista; como um tipo de organização formal; e por último, como um grupo ou movimento social. Assim, compreende-se que a religião não é algo alheio às Relações Internacionais. Jeffrey Haynes afirma que existe potencial nas

religiões de agir nas RI de forma a resolver conflitos (HAYNES, 2013). Presenciou-se uma mudança no mundo da política, fazendo com que se precisasse dar mais atenção ao fator religioso dentro da teoria de relações internacionais como um resultado da percepção da *post-secular* pesquisa das RI.

Um dos exemplos de influência de atores religiosos abordado por Haynes é a Arábia Saudita. O governo promove ativamente o islã pelo mundo, doando milhões de dólares provenientes do seu rico solo para o financiamento da propagação da sua religião através da construção de mesquitas e distribuição do sagrado Qur'an (HAYNES, 2013). A influência do islã na política externa do Reino Saudita se dá, mais que nada, pelo governo Wahabbista, que se dirige pela teocracia dirigida pelo rei. Um segundo exemplo pode ser o Irã, que tem o governo teocrático islâmico e sua população é 90% xiita. O governo iraniano utilizou-se desse fator religioso para poder obter influência no Iraque, por exemplo, que possui cerca de 60% de xiitas no país.

Como conclui Haynes, o nacionalismo é secular, mas tem muita influência religiosa na sua construção:

[...] while nationalism is a primarily secular ideology, it also often has important religious foundations or influences. It suggests that when thinking about today's mainly secular countries in international relations, we can still trace how religion has in many cases impacted upon existing forms of nationalism. We also saw that nationalism is both a key factor in the construction and development of modern states and an important component of many foreign policies seeking to achieve national interest goals. (HAYNES, J. 2013, p. 140)<sup>13</sup>

Assim, entende-se que a religião também é um fator de peso para que se analise a ingerência da Arábia Saudita e do Irã na Síria, uma vez que sua inimizade é reforçada pela divergência de vertente religiosa dentro do Islã.

A relação do Irã com o Hezbollah tem sido a peça-chave para as políticas regionais de Teerã. O grupo libanês exemplifica para o Irã o poder da motivação

---

<sup>13</sup> “[...] apesar de o nacionalismo ser uma ideologia secular, ele tem importante influência da religião. Ele sugere que, quando pensamos nos principais países seculares de hoje nas Relações Internacionais, ainda podemos ressaltar como a religião conseguiu impactá-los, mesmo com existentes formas de nacionalismo. Nós também vimos que o nacionalismo é um fator chave para a construção dos Estados Modernos, bom como um componente importante para políticas externas que buscam alcançar objetivos de interesse nacional. (tradução nossa).

religiosa na resistência e incorpora o apoio iraniano aos oprimidos. Em resumo, de acordo com a visão iraniana, o Hezbollah representa um modelo de fé acima da tecnologia e da organização política designada a ultrapassar adversários. Ainda sobre o Hezbollah, o Estado Iraniano teve um papel fundamental no seu aumento militar e socioeconômico, bem como da sua redefinição como ator de resistência nacional.

Uma nova complicação para o Irã seria a possível perda da Síria como uma base e ponto de trânsito para o Líbano e o Hezbollah. Outra consideração feita por Chubin (2012) é de que a relação com o Hezbollah sempre teve uma complicação pelo fato de que eles são uma organização nacional (partido libanês) e, em teoria, uma milícia nacional. Segundo Mohns e Bank (2017), o Irã tem garantido à Síria e ao governo de Bashar al-Assad apoio incondicional, uma vez que com a derrubada desse regime, haveria uma remodelação da política externa síria e uma eventual reforma na visão dela para com o Irã. Além disso, o novo governo provavelmente cancelaria os benefícios de rota de armamentos que tinha o Hezbollah pela Síria. Em uma infeliz consequência, a República Iraniana perderia sua aliada de longa data e o acesso ao Hezbollah, Hamas e outras facções palestinas em Damasco.

Chubin (2012) discute que existe uma relação entre as ambições nucleares e as regionais do Irã. Qualquer que sejam os outros objetivos de Teerã, tal como status ou liderança, um componente importante da capacidade nuclear é o “efeito sombra” que isso teria na política regional. O objetivo óbvio do Irã é continuar o programa ambíguo de extrair benefícios de Estados maiores e forçar o ocidente a reconhecer os seus interesses nacionais. O que confirma isso é a proposta iraniana em Bagdá de discutir problemas regionais com o grupo P5+1<sup>14</sup>.

As desvantagens do Irã são inúmeras no cenário da Primavera Árabe. De acordo com Chubin (2012), suas ideologias revolucionária e sua hostilidade para com o ocidente é uma clara ameaça às monarquias do Golfo que, em sua maioria, dependem da segurança dos Estados Unidos. A rivalidade presente na região por um líder regional preocupa alguns países para além dos países árabes. Além disso, o Irã não possui

---

<sup>14</sup> Grupo formado para a discussão do programa nuclear do Irã. Ele é composto pelos 5 membros permanentes do Conselho de Segurança (Estados Unidos, China, Rússia, Reino Unido e França) mais a Alemanha.

constituição natural no mundo Árabe, ou seja, não é um país árabe, sofre em desvantagem com a liderança descentralizada dos vários grupos xiitas que constituem apenas 15% de todos os muçulmanos do globo e é inevitavelmente objeto de suspeitas e falta de confiança, por ser o maior poder no Golfo, independentemente de sua ideologia (CHUBIN, 2012).

As lideranças iranianas na época da Primavera Árabe confirmaram a opinião de Mohns e Bank (2017) que a Síria deveria passar por reformas políticas, mas que se opunham a interferência de atores externos na modificação doméstica do país. Isso ressalta a narrativa de Assad que denuncia os levantes de 2011 como um modelo estrangeiro guiado pelos Estados Unidos e Israel, com o apoio dos aliados árabes deste – principalmente a Arábia Saudita. As manifestações na Síria são retratadas como uma amostra do esquema norte-americano e israelense de reestruturar o Oriente Médio. Segundo Mohns e Bank (2017), o Aiatolá Khamenei identifica que o seu apoio aos movimentos de resistência sírios são a maior causa das políticas dos Estados Unidos contra o si e contra a Síria.

Na opinião de Mohns e Bank (2017), é o interesse de Teerã de manter Assad no poder que atrai atenção de atores regionais e globais para o conflito. Assim, a intervenção externa fortaleceria os rivais iranianos, Arábia Saudita e Turquia. Para Terril (2011), o Irã será provavelmente o último país a abandonar o regime Sírio por inúmeros motivos, tais quais: o medo de que o sucessor de Bashar al-Assad alinhe-se aos outros Estados Árabes e não ao Irã; o temor de que o próximo governo emergja como um governo pró-americano em Damasco; perder tamanha capacidade que até então possuía de projetar seu poder para o Líbano e para os territórios Palestinos, o que representaria uma grande perda nos esforços iranianos de retratar seu Estado como líder regional.

O resultado do cenário conflituoso da Síria possivelmente seria de um regime em colapso controlado ou de um regime decadente. Ambos cenários se tornam mais difícil a cada dia, de acordo com Mohns e Bank (2017). Isso se dá devido ao encontro entre a opressão militar do regime e a mesma opressão advinda da oposição, do colapso em câmera lenta da economia da falta de consenso internacional sobre como resolver a crise (MOHNS; BANK, 2017).

## 4.2 Perspectiva da Arábia Saudita

Em relação a Arábia Saudita, a concretização do seu Estado também se dá no período posterior ao do domínio Otomano na região árabe. O fundador da Arábia Saudita foi Abdul Aziz Al Saud, que incentivou a unificação de várias províncias através da conquista de territórios (PINTO, 2011). A primeira coligação de tribos com liderança dos Saud declarou-se independente ainda sob o nome de Reino de Hijaz (1926) e, em 1932, como Reino da Arábia Saudita.

A estrutura da sociedade saudita tem sua formação derivada da existência de diversas tribos antes independentes. Por ser o berço do Islã, no interior do território do Reino, tem-se uma interpretação mais rígida do Alcorão. Apesar disso, existe uma cisão no seio da família real, onde um lado tenta defender movimentos mais progressistas de maior representatividade das massas populares, e o outro mantém-se rígido na sua base de manutenção do status quo.

A predominância da defesa de uma doutrina islâmica mais puritana, o wahabismo, torna o governo da família saudita ainda bastante conservador. Os clérigos, de acordo com Pinto (2011), pressionam o regime para manter seus privilégios de poder. Segundo a autora, o governo da Arábia Saudita difere dos restantes Estados árabes por manter uma profunda ligação histórica entre os Saud e o Wahabbismo, evitando que a questão religiosa pudesse ser eliminada (PINTO, 2011). Assim, mesmo nas décadas mais recentes, os wahabitas detém controle sobre importantes órgãos e instituições nacionais, tal como o poder judicial e a imposição da Lei Sharia com a interpretação exclusivamente wahabita.

Segundo Pinto,

de acordo com as tradições sauditas, de origem tribal, as decisões do Rei (obrigatoriamente membro da família Saud) devem obter o consenso da família real, dos líderes religiosos e de outros elementos de destaque da sociedade saudita. Neste sentido, as decisões em matéria de política externa seguem um princípio de consulta alargada, sendo o responsável pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros um dos membros da família real saudita. (PINTO, 2011, pp. 104)

De forma complementar, “[...] although the House of Saud depend on the ulema to uphold their legitimacy, the Wahhabi clerics equally depend on the ruling family to protect Saudi Arabia’s territorial domain” (LACEY, 2009 *apud* DIEMEN, 2012, pp. 10)<sup>15</sup>. Assim, nota-se que apesar da presença da figura do Rei ser de extrema importância para o Reino, as decisões e diretrizes do governo saudita passam por uma série de barreiras de interesses, inclusive dos clérigos, antes de serem definidas.

O regime saudita, além de satisfazer os desejos dos sábios religiosos, os ulemás, utiliza a religião para aumentar sua influência política em outros países (DIEMEN, 2012). Uma das consequências da forte presença da religião na política saudita foi o redirecionamento dos fundos do estado saudita para campanhas de disseminação do Wahabbismo (DIEMEN, 2012). Ainda segundo o autor, o que possibilitou a Arábia Saudita de conseguir um papel de liderança global no âmbito religioso do islã foi por que ela possui controle dos tronos sagrados da religião, as cidades de Mecca e Medina.

A política externa da Arábia Saudita tem como diretriz a expansão da doutrina wahabita e é quase que totalmente dependente dos recursos oriundos do petróleo (PINTO, 2011). De acordo com Cerioli (2018), os NRC sauditas são quatro. O primeiro, de protetor da fé, pois baseia-se em normas conservadoras Wahhabistas. O fato de que no país localizam-se duas das mais importantes e sagradas cidades do mundo muçulmano, Mecca e Medina, eleva o rei ao grau de “Protetor” de duas mesquitas sagradas, tendo o dever de preencher as necessidades de toda a comunidade muçulmana. O Estado Saudita considera-se o coração e o líder espiritual do mundo muçulmano.

Além disso, tem a concepção nacional de líder regional, uma vez que possui o status de maior produtora de petróleo e o país mais rico do Oriente Médio. Foi a primeira monarquia efetivamente estabelecida na região, passando a ser exemplo das menores tentativas. O país se vê como o líder natural do Golfo Pérsico, gabando-se inclusive na página do Ministério das Relações exteriores que diz que: “o Reino tornou-

---

<sup>15</sup> “apesar de a Casa dos Saud depender do ulemá para sustentar sua legitimidade, o clérigo Wahabbista dependem igualmente da família governante para proteger o domínio territorial da Arábia Saudita” (tradução nossa).

se de uma nação deserta a um Estado moderno e sofisticado, assim como um grandioso jogador no setor internacional” (Ministério das Relações Exteriores). Além disso, Riad tem o desejo de tornar-se uma referência também econômica. Eles sustentam a imagem de uma monarquia bem-sucedida e de ator estável.

Ademais, consideram-se garantidores da estabilidade:

guaranteeing the status quo is essential to securing not only Saudi’s regional leadership but also its political and economic systems. A complex oil-based welfare system guarantees the legitimacy of the monarchy, and leaders firmly believe that any instability outside can affect its state-society relations domestically and be a threat to the continuance of its regime (CERIOLI, 2018)<sup>16</sup>.

No âmbito global, situa-se como um aliado confiável. A segurança da Arábia Saudita ficou na confiança da parceria com os Estados Unidos, com que partilha interesses geoestratégicos e ameaças em comum que guiaram sua amizade desde 1960 (BRONSON, 2006). O seu maior parceiro global é os Estados Unidos, uma vez que os países compartilham de interesses geoestratégicos. Por um lado, a Arábia Saudita mantém o mercado do petróleo atrativo e estável para o ocidente, enquanto os norte-americanos proporcionam segurança e apoio militar aos sauditas em troca. Em suma, Luiza Cerioli (2018) afirma que Riad se projeta como um aliado confiável para garantir uma ordem regional favorável ao Reino Saudita e aos seus aliados, regionais ou internacionais.

Em relação à sua economia, descobriram-se jazidas em solo saudita no ano de 1930, o que propiciou ao Reino uma rápida e importante ascensão na economia mundial. Além disso, passou por um desenvolvimento acelerado na economia e no âmbito urbano. Assim, a economia do Reino tornou-se totalmente dependente dos recursos advindo do petróleo.

Com a ineficiência das instituições criadas para servirem de auxílio na transferência de renda dos países ricos para os pobres, fracassados pela ausência de uma autoridade central, criou-se o Conselho Econômico e Social Árabe na Liga Árabe.

---

<sup>16</sup> “Garantir o status quo é essencial para manter em segurança a liderança regional saudita, bem como seu sistema político e econômico. Um sistema complexo baseado em um bem-estar em relação ao petróleo garante a legitimidade da monarquia, e as lideranças acreditam firmemente que qualquer instabilidade externa pode afetar as relações entre a sociedade e estado no âmbito doméstico e tornar-se uma ameaça para a continuidade de seu regime” (tradução nossa).

Dele, originaram-se quatro tratados que em conjunto formam a Estratégia Econômica Coordenada Árabe, fundada para promover a cooperação da economia regional. Não obstante, quando esta cúpula se reuniu em 1981 para aproximar economicamente os países vizinhos, as petromonarquias formaram sua própria cúpula, o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) (FERABOLLI, 2009).

A Arábia Saudita participa do CCG junto de 5 vizinhos: o Kwait, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Omã e Bahrein. Os quatro objetivos mais importantes da Carta que rege o CCG são: o de coordenar, integrar e estabelecer relações próximas entre as nações-membro em todas as áreas; aprofundar e consolidar os laços, links e meios de cooperação que já existem na região; estabelecer sistemas similares em vários campos, incluindo o das finanças, economia, comércio, educação, cultura, saúde, âmbito social, informação, turismo, âmbito legal e administrativo; e encorajar o progresso tecnológico e científico na mineração, indústria, agricultura, pesquisa científica, etc. Segundo Ferabolli (2009), no entanto, O CCG até o momento se reduz a uma união aduaneira, longe de uma verdadeira integração econômica.

A região do Oriente Médio, em geral, é rica em petróleo. Isso a torna alvo de interesse de atores globais e regionais, assim como foi com as Américas quando aqui se descobriu o ouro e a prata. Desse modo, se definirá por que o petróleo parece ser o ponto de culpabilidade pelos conflitos. Para Igor Fuser, “o avanço da industrialização, no século XIX, desencadeou uma nova corrida para o controle das fontes de matérias-primas. Entre elas estava o petróleo, que se revelou decisivo para o desenlace das duas guerras mundiais.” (FUSER, 2005, p. 27). Michael Klare (2000), um dos estudiosos que analisa o papel dos recursos energéticos como fator de guerra entre grandes potências, elenca três tendências que serão decisivas no processo de esgotamento de recursos naturais. A primeira delas seria:

a globalização, que inclui entre seus efeitos a industrialização acelerada do Leste da Ásia, causando um aumento dramático do consumo de energia, e o surgimento, em várias partes do mundo, de uma classe média emergente que tenta reproduzir o estilo de vida europeu-ocidental e norte-americano, baseado no uso intenso de matérias-primas e, em especial, da adoção do carro de passeio como símbolo do sucesso pessoal; 2) o crescimento populacional, que adiciona novos fatores de pressão sobre os recursos naturais; 3) a urbanização, com um efeito especial sobre a água, em que o aumento da demanda para uso doméstico e para o sistema sanitário se

agrava com a poluição causada pelos detritos lançados nos rios e nos lagos. (KLARE, M. 2000).

Isso significa que com o esgotamento do petróleo, ficará cada vez mais caro o preço do barril. Além disso, segundo Klare (2000), esse recurso natural passa a ser considerado um bem vital para cada Estado e “o risco de ruptura do suprimento é encarado por esses Estados como uma ameaça à segurança nacional, cuja prevenção pode justificar intervenções militares e até mesmo a guerra em grande escala.” (KLARE, 2000).

Com o fim da Segunda Grande Guerra, tanto o âmbito doméstico como o internacional já reconheciam a fundamental importância do petróleo, uma vez que foi de extrema importância para as guerras mecanizadas, e temiam o fim desse precioso recurso energético (YERGIN, 2011). Como afirma Daniel Yergin:

[...] a experiência vem mostrando que as ameaças à confiabilidade e à segurança podem ser inesperadas. [...] A escala dos fluxos de energia do Oriente Médio e do Norte da África, e particularmente do golfo Pérsico, torna essa região essencial para o suprimento de petróleo e gás natural. Os levantes ocorridos no Norte da África e no Oriente Médio transformaram a política da região e modificaram a relação entre os governos e suas populações. Ao mesmo tempo, afetaram pelo menos parte do equilíbrio geoestratégico que sustentava a estabilidade. (YERGIN, 2011, p. 556)

Assim, a incerteza proveniente da possível escassez desse recurso, o petróleo, e o risco de uma crise, fazem com que os Estados estejam constantemente temendo estar vulneráveis no quesito de segurança energética. Esse medo reflete no aumento do valor do petróleo e principalmente na nova geopolítica regional do Oriente Médio.

Com essa constatação sobre o petróleo, supõe-se que países com capacidade militar tentarão obter petróleo de outros territórios caso não o tenham, através da ingerência bélica ou de barganhas. Assim, os NRC, conterão características que busquem o benefício próprio de cada país, ao mesmo tempo em que conseguem manter a securitização do seu Estado.

Os sauditas, com o surgimento e desencadeamento da Primavera Árabe, estavam na posição defensiva. A queda de Mubarak no Egito havia afetado diretamente o governo de Riad, uma vez que Cairo era um dos aliados mais importantes na região, um companheiro de aliança americano com quem dividia o medo da influência iraniana.

Com isso, a monarquia doou dinheiro para monarcas aliados e, no Bahrain, concedeu tropas para apoiar a repressão de mobilização popular por reformas políticas. Além disso, de acordo com Gause III (2014), apoiaram a OTAN na missão militar de intervenção contra Kadafi em forma de retribuir as décadas de insultos do líder libanês e da tentativa de assassinado do Rei Abdallah financiado pelo Líbano.

Desse modo, o Reino Saudita conseguiu reafirmar o papel central que ele protagonizava no lêmén, através da mediação da resignação de Ali Abdullah Saleh da presidência, cujo plano fazia parte da CCG apoiado pelos Estados Unidos e União Europeia. Nesse momento, o Bahrain e lêmén estavam neutros e a queda de Kaddafi não representou uma mudança regional no jogo de poder. Porém, como afirma Gause III (2014), nenhum desses eventos secundários conseguia suprir a falta que o Egito fazia na estratégia regional da Arábia Saudita.

As relações entre a Arábia Saudita e a Síria passaram por um episódio dramático no dia 14 de fevereiro de 2005, quando o ex Primeiro Ministro libanês e oito pessoas de sua equipe faleceram em uma explosão cujas bombas foram plantadas em seus carros. Na sequência, apontou-se o bombardeio como o trabalho do serviço de inteligência síria. A boa relação do Reino da Arábia Saudita com Hariri fez com que o seu assassinato, de acordo com Terrill (2011), significasse um retrocesso na geoestratégia do país.

Face ao exposto, pode-se compreender a ingerência saudita nos conflitos da Primavera Árabe síria, uma vez que a onda de protestos de 2011 causava temor no governo da Arábia Saudita, pois preocupava-se que seu povo aderisse às revoltas. Em março de 2011, comprovou-se que a aflição tinha justificativa. O governo rapidamente respondeu aos primeiros protestos com prisões, aumento securitário e avisos à população. O Rei Abdullah, além disso, direcionou capital para a população, para que as melhorias econômicas conseguissem desencorajar os levantes no reino. Ademais, com seu corpo de força e projeção de poder, conseguiu sufocar insurgentes focos de revolta. Apesar do fato de que a Arábia Saudita podia gozar dos privilégios de proteção das monarquias no Golfo através da manutenção do status quo, o cenário alterou-se em tempos de Primavera Árabe. De acordo com Akgul (2016), a posição saudita na região balanceou entre contrarrevolucionária e pró-revolução.

Seguindo a linha de pensamento de Maria Franca (2017), no âmbito regional, o apoio de Riad aos movimentos contrarrevolucionários foi motivado pela presença de seu maior rival e opositor ideológico, o Irã. Para a monarquia saudita, a Síria é um ponto vantajoso na região, apesar de ter como aliado o Irã. A Arábia Saudita ainda acreditava na possibilidade de uma aproximação. A intervenção política saudita na Síria deu-se com o Rei Abdullah exigindo que Assad parasse com a violenta repressão dos protestos. Com a negligência de Assad, a monarquia passa a apoiar a deposição do então líder da Síria, para assim poder melhor projetar sua influência na região. Ainda assim, pode ser que intenção saudita ia além disso, visando a consolidação de um regime estatal com estrutura intacta que se alinhe aos interesses da Arábia Saudita, contrário da República Iraniana.

Na perspectiva de Roberto (2012), a Arábia Saudita identifica nos movimentos de 2011 na Síria uma oportunidade, criada pela Primavera Árabe, de modificar a geopolítica regional. Esse momento oportuno poderia possibilitar a quebra do laço existente entre o Irã e o regime de al-Assad, proporcionando espaço para construir um novo governo vizinho. Ainda, de forma secundária, a participação saudita também foi motivada pelo temor de que o Iraque, Estado de maioria xiita, se unisse à Síria e formasse uma frente contra a Arábia Saudita.

O início da repressão violenta à protestos na Síria em 2011 tornou o embate entre militantes e militares uma violência generalizada, onde distintos grupos de interesse disputavam a tomada de poder em diferentes áreas do território sírio. De acordo com Sabrina Petter (2017), o mundo ocidental passou a identificar nos movimentos revolucionários uma possível forma de desequilibrar a estrutura de poder na qual se apoiava Bashar al-Assad, causando uma contraposição através do uso da força. Isso desencadeou múltiplas reações.

### **4.3 Quadro internacional**

No ano de 2012, reportam-se processos de intervencionismo indireto na Síria. Em primeiro lugar, cita-se o dos Estados Unidos através da autorização à CIA e outras agencias secretas norte-americanas que se articulavam com os rebeldes, grupo este que já teria recebido mais de 25 milhões de dólares para compra de beligerantes e mais

64 milhões de dólares para assistência humanitária. O argumento da potência norte-americana era de que o Estado sírio poderia entrar em um caos anárquico caso não obtivessem sua ajuda.

Até esse momento, os Estados Unidos sempre negaram os rumores de que haveriam prestado auxílio com armamento letal. Segundo Roberto (2012), a política externa norte-americana considerava impossível deixar de lado a questão do Oriente Médio, passando então a optar por medidas mais cuidadosas, como as pressões diplomáticas e econômicas. Com a crise da Síria, percebeu-se uma lacuna com falta de influência iraniana, o que possibilitou à Washington ter a queda de al-Assad como um limitante do poderio de Teerã, o principal ameaçador dos interesses norte-americanos na região árabe. Roberto (2012) confirma essa afirmação com os dados de que os Estados Unidos teriam levado armas aos rebeldes seculares na Síria, em destaque o Exército Livre da Síria, para conseguir reverter a balança de poder da então situação síria. A nova abordagem de política externa Estadunidense para com o Mundo Árabe, neste caso a Síria, segue a linha da interferência na região sem a efetiva colocada de tropas em solo “inimigo”, cumprindo os mandados do governo de Obama.

No entanto, surge o Daesh, ou Estado Islâmico (EI), organização terrorista que em 2014 proclama-se como um califado, cujo líder era Abu Bakr al-Bagdadi. Essa forte formação necessitou de mais esforços por parte do ocidente para contê-los, principalmente após os atentados em Paris (2015) e Bruxelas (2016). Para Petter (2017), o agravamento da questão síria pode ser justificado pela expansão do EI. Isso força a formação de uma coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos com o objetivo de deter e destruir a organização, passando a usar do espaço aéreo para aplicar ataques contra o Estado Islâmico.

Como afirma Fernandino (2017), o grupo nomeado Estado Islâmico adquire características de um *partisan*, ou seja, de uma figura marginalizada que age de forma irregular, sendo seu principal alvo os “soldados em uniforme”. Estes são adeptos ao terror, apesar de se caracterizarem por possuir um componente político. Esta característica se dá primeiramente pelo fato de que os membros do EI foram despojados de justiça no Iraque e na Síria, motivos pelo qual mais tarde vão lutar por um califado. Assim, essa organização terrorista considerada islâmica luta contra os

então regimes presentes na região de oriente médio, sempre seguindo suas premissas de grupo sunita wahabita.

Na visão do líder do EI, al Baghdadi, o Irã deseja transformar o Iraque em um completo governo xiita, já que agora a mencionada vertente islâmica forma mais da metade de seu território. Para impedir isso, o grupo tem total apoio estadunidense para pôr em prática seu jihad defensivo.

Segundo a teoria de *partisan* e a percepção de Fernadino (2017), o Estado Islâmico apresenta-se como inimigo para o governo do Iraque e Síria. Na Síria, sua presença remete à invasão norte-americana ao Iraque, em 2003. Nela, o EI era um braço da al-Qaeda e era denominado “Estado Islâmico do Iraque” e permaneceu por quase dez anos na parte oriental da Síria, ou seja, na fronteira com o Iraque. Com o advento da Primavera Árabe e o desencadeamento de uma Guerra Civil, o Islamismo político - e conseqüentemente o Estado Islâmico já presente na Síria – se fortaleceram.

Como participação no conflito sírio desencadeado em 2011, o Estado Islâmico enviou jihadistas sírios e iraquianos desde suas bases no Iraque para a luta. Como a organização já estava estruturando uma forte posição, outros líderes tribais de oposição à al-Assad mostraram apoio à al Badhdadi, fortalecendo seu status na Síria.

De acordo com Roberto (2012), alguns países europeus demonstraram mais intensidade nos ataques contra a Síria, principalmente a França e o Reino Unido, nações cujos interesses já haviam sido atendidos com a intervenção militar na Líbia e poderiam voltar a beneficiar-se caso houvesse a queda do governo sírio. Dentro desses benefícios, pode-se nomear o setor econômico e energético, obtendo maiores lucros que proviriam do petróleo do Iraque. O cenário ideal para as potências europeias mencionadas seria uma rota vinda do Iraque, cruzando a Síria até o Mar Mediterrâneo, pois esta proveria à França e o Reino Unido mais segurança energética. Essa nova rota seria uma alternativa para o caminho então feito através da Alemanha e Rússia, o que não era de agrado dos Estados europeus uma vez que fortalecia o peso germânico na União Europeia.

A China, grande potência mundial, posiciona-se ao lado da soberania de um Estado, portanto contrária à derrubada de Bashar al-Assad. No entanto, preferiu manter-se fora do conflito direto no caso Sírio. De acordo com Roberto (2012), essa

posição se daria também como uma resposta à falta de posicionamento e de apoio russo na questão da Líbia, país árabe com quem o Estado chinês mantinha fortes interesses econômicos e estratégicos. Devido a isso, Pequim mantém a mesma postura na Síria que adotou Moscou na Líbia (ROBERTO, 2012).

Em uma análise dos interesses russos na Síria, Roberto (2012) destaca dois principais: a necessidade de manter um porto no Mediterrâneo Leste (Porto de Tartus); e a questão de manutenção do controle sobre a infraestrutura de energia na região sob controle russo. O Porto de Tartus encontra-se na região leste do mediterrâneo, costeia a Síria e é útil para servir de base para a frota naval da Rússia quando em atividade no Mediterrâneo ou nos mares ao redor. Hoje, a marinha russa possui um porta-aviões e somente o porto de Tartus como rota de acesso à parte leste do Mediterrâneo. Assim, comprova-se que o porto em questão é de imensa importância para o Estado russo e que a sua perda acarretaria em forte dependência de outros governos para que a Rússia ainda possa utilizá-lo.

O segundo ponto abordado pelo autor sobre o interesse russo na preservação do status quo do regime de Bashar al-Assad é sobre uma questão energética. A nível mundial, a Rússia é o maior produtor de gás e petróleo, a maior exportadora de gás e a segunda maior exportadora de petróleo, perdendo o lugar apenas para a Arábia Saudita. Segundo Roberto (2012), com estas características, pode-se caracterizar a Rússia como um gigante energético.

Graças ao elevado percentual que a exportação de energia tem na constituição do PIB russo – cerca de dois terços, 45 bilhões de dólares – (TRADING ECONOMIES, 2012), nota-se uma dependência da economia russa frente a esse setor, o que destaca a importância vital de um controle sobre as rotas de distribuição de energia (COLIN, 2007 *apud* ROBERTO, 2012).

Constatando o peso que a energia tem na economia russa, confirma-se a possibilidade de perda de mercado na Europa caso haja a queda de Bashar al-Assad, clientela de fundamental relevância para o seu PIB e para a sua política na área internacional. Em uma análise hipotética, caso a Síria se constituísse de um novo governo favorável aos sunitas e aos sauditas, bem como o Iraque fosse governado pelos sunitas de seu território, os ingleses e franceses poderiam obter contratos para a exploração de petróleo do Iraque, cujo escoamento se daria pela Síria até o

Mediterrâneo Leste em direção à Europa, evitando o Estreito de Ormuz, controlado pelo Irã (ROBERTO, 2012).

A perda desse mercado energético danificaria seriamente a posição russa no mercado mundial. Por isso, evitar que al-Assad seja deposto passa a ser um interesse vital do Estado russo. A Rússia passa a intervir oficialmente no conflito em setembro de 2015 através de ataques aéreos em defesa de Bashar al-Assad. Isso permitiu ao exército sírio a retomada de alguns territórios que antes haviam perdido o domínio.

Face aos pontos expostos, Roberto (2012) afirma que a Rússia apoia o mantimento do status quo na Síria para manter sua influência sobre o porto de Tartus, bem como para garantir que haja certo controle em sua infraestrutura energética. Isso se alinha à política russa de cada vez mais expandir sua influência regional.

#### 4.4 Análise comparativa de características da Arábia Saudita e Irã

Como visto no desenvolvimento desta pesquisa, as posições adotadas pelos países em discussão, o Irã e a Arábia Saudita, são visivelmente distintas. Além deles serem aliados de países diferentes, suas ideologias e características nacionais tem importante peso na definição de sua atuação. No conflito Sírio podemos identificar algumas variáveis em que o contraste da atuação de ambos países é mais evidente. Para isso, apresentamos a tabela a seguir:

Tabela 1 – Análise comparativa entre a atuação do Irã e da Arábia Saudita na Síria no período da Primavera Árabe

	IRÃ	ARÁBIA SAUDITA
Características/ National Role Conceptions (NRC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Líder Regional;</li> <li>▪ Protetor da Fé;</li> <li>▪ Agente anti-imperialista;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Líder Regional;</li> <li>▪ Garantidor da Estabilidade;</li> <li>▪ Aliado Confiável;</li> </ul>
Religião e modelo governamental	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Teocracia xiita;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Monarquia Sunita;</li> </ul>

Alianças regionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Governo de Bashar al-Assad, na Síria;]</li> <li>▪ Parcela xiita no Iraque</li> <li>▪ Hezbollah</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Petromonarquias membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG): Omã, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Bahrein e Kuwait;</li> <li>▪ Jordânia;</li> <li>▪ Parcela sunita no Iraque;</li> </ul>
Alianças extrarregionais	<p>MAIOR ESCALA</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Rússia;</li> </ul> <p>MENOR ESCALA</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ China;</li> </ul>	<p>MAIOR ESCALA</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estados Unidos;</li> </ul> <p>MENOR ESCALA</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Turquia;</li> </ul>
Tipo de Ingerência	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Financiamento do governo;</li> <li>▪ Apoio público ao governo;</li> <li>▪ Envio da Forças de Reforço da Lei (LEF) e Islamic Revolutionary Guard Corps (IRGC);</li> <li>▪ Envio de material militar;</li> <li>▪ Por parte dos aliados (Rússia): ataques aéreos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Financiamento dos opositores;</li> <li>▪ Envio de armas;</li> <li>▪ Envio de soldados (prisioneiros sauditas);</li> <li>▪ Por parte dos aliados (Estados Unidos): Envio de mais de 25 milhões de dólares para compra de beligerantes; sanções econômicas e pressões diplomáticas.</li> </ul>
Atores Proxy	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Governo Sírio;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Grupos armados contrários à Bashar al-Assad;</li> </ul>
Riqueza	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Petróleo;</li> <li>▪ Armamento nuclear;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Petróleo;</li> </ul>

Fonte: elaborada pela autora

Observando a tabela, verifica-se de forma simplificada o contraste entre a atuação iraniana e saudita na Síria no período iniciado em janeiro de 2011. Como já foi abordado no início deste capítulo, cada um dos países em análise tem sua própria percepção nacional, os National Role Conceptions (NRC), que interferem diretamente no molde de suas políticas domésticas e internacionais.

O Irã de hoje, estruturado a partir da Revolução de 1979, tem suas bases no islamismo de vertente xiita, uma vez que a característica principal da nova República Teocrática era a de separação do modelo ocidental. Sua nova direção política teve a reestruturação pautada no seu papel de Líder Regional, objetivando tornar-se um modelo a ser seguido pelos vizinhos do Mundo Árabe. Além disso, o caráter islâmico da revolução foi delimitado pelo seu slogan de agente anti-imperialista, recusando a seguir o modelo de governo do ocidente e dos países cuja forma de dominação fora imperialista. A lei que rege o Irã é a *Sharia*<sup>17</sup> e o país é o primeiro de governo Xiita no mundo, por isso a atribuição da característica de Protetor da Fé ao Irã pela autora Cerioli (2016) indica que o país se identifica como o responsável pela disseminação do modo de viver islâmico descrito no alcorão.

A Arábia Saudita tem em comum com o Irã a concepção nacional de líder regional, como se pode observar nas discussões feitas ao longo desta pesquisa. Ambos se posicionam como candidatos à liderança da região, não estando conformes com a emergência similar do outro. Ainda assim, a autopercepção saudita de Garantidora da Estabilidade se dá pelo seu desejo constante de manter a liderança regional, ou seja, não alterar o status quo onde ela se apresenta como a potência média emergente e influente. Esse perfil se mostra na maioria dos governos regionais aliados, principalmente naqueles com os quais possui poder de barganha, que é o caso das monarquias que compõe o Conselho de Cooperação do Golfo e a Jordânia.

Por gozar do alinhamento com grandes potências, tal como os Estados Unidos, a terceira concepção nacional saudita é a de Aliado Confiável. O país é berço do islamismo e é visto pela comunidade internacional como o maior representante dessa

---

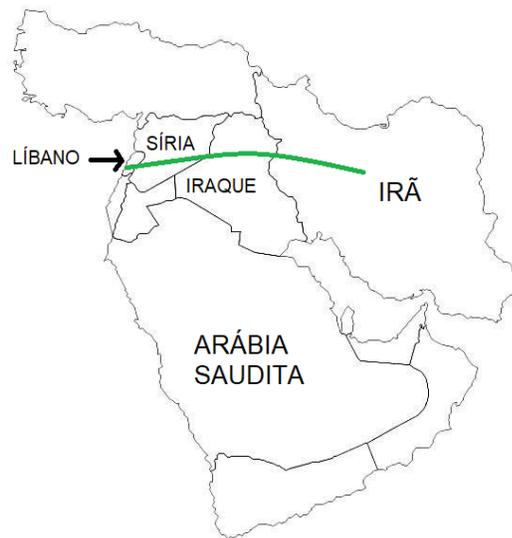
<sup>17</sup> Sharia é o conjunto das prescrições, regras e mandamentos que se aplicam a todos os aspectos da vida tanto do muçulmano, individualmente, quanto da comunidade dos fiéis.

religião, o que lhe atribui uma característica de correto e fiel às crenças. o modelo de governo saudita, uma monarquia religiosa, influi diretamente na formulação da sua postura a nível regional e internacional e a presença das sagradas cidades islâmicas de Mecca e Medina tornam o Reino Saudita o trono sagrado da religião. A vertente islâmica da Arábia Saudita é o sunismo, que representa a maior parcela dos muçulmanos. Mais especificamente, a família governante identifica-se com o Wahabbismo, uma ramificação dos sunitas de ideologia extremamente conservadora, o que também influi diretamente na formulação de política interna e exterior.

A apresentação da Arábia Saudita ao Sistema Internacional como uma monarquia conservadora e o grande investimento econômico na expansão do wahabismo aproxima o Reino de Estados de similar ideologia ou que possam depender politicamente dele. Como já mencionado, esse é o caso dos outros países membros do CCG, organização liderada pela Arábia Saudita. Outrossim, a maioria desses países é atraído para a zona de influência saudita justamente por esta ser o território que abriga importantes cidades para os muçulmanos.

O Irã, de forma distinta, espalha a imagem de revolucionário, explicitamente o contrário ao da Arábia Saudita. As concepções nacionais advindas da Revolução Islâmica lhe atribuem o caráter de defensor do islamismo, especificamente da vertente xiita e a divulgação da *sharia*. Com isso, seu aliado regional passa a ser o governo de mesma ideologia, que é o caso de Bashar al-Assad na Síria. O ramo alauíta do islã é mais uma subdivisão do xiismo e, somado ao hezbollah, formam o que o governo estadunidense de Bush (2001-2009) chama de “eixo do mal”. Isso, analisado da ótica regional, significou a formação de uma linha territorial aliada.

Figura 1: Mapa dos Países do Golfo Pérsico



Fonte: elaborada pela autora

Como podemos ver na Figura 1, a formação de um alinhamento físico, o conhecido “arco xiita” – representado em verde na ilustração – traz para a Arábia Saudita o temor de estar cercada por países inimigos. O Hezbollah libanês, a Síria – sob governo de Bashar al-Assad – e o Irã, se fortalecidos pela grande parcela xiita do Iraque, representariam grande ameaça para o desejo saudita de expansão da sua zona de influência, ao passo que significaria o aumento de projeção de poder de seu rival, o Irã.

Na sequência, como indicado na tabela 1, os Estados que declaram aliados da Arábia Saudita são, em maior proporção, os Estados Unidos e, em menor escala, a Turquia. O primeiro apresenta-se como a maior potência global desde a queda de seu inimigo equipotente, a União Soviética. Além de gozar do status de aliada da maior potência no Sistema Internacional, a Arábia Saudita tem sua segurança confiada aos Estados Unidos, com que partilha interesses geoestratégicos e ameaças em comum que guiam sua amizade desde 1960 (BRONSON, 2006). Ambos se beneficiam desta aliança: o Reino obtém as melhores armas produzidas no mundo e vendidas pelos norte-americanos e em troca a Arábia Saudita mantém a estabilidade no mercado petrolífero e preços favoráveis para os Estados Unidos.

A posição de destaque da Arábia Saudita na região do Golfo e no Oriente Médio em geral é atraente para os Estados Unidos, uma vez que esta precisa de aliados na região que se situa distante geograficamente. Como mencionamos anteriormente, a “nomeação” do arco xiita no Governo Bush e o ataque do 11 de setembro às Torres Gêmeas em Nova York desencadeou a chamada “Guerra ao Terror”<sup>18</sup> e, para tal operação, os norte-americanos precisariam de um aliado islâmico para respaldar as atrocidades cometidas pelo governo estadunidense da época, notoriamente na invasão do Iraque e do Afeganistão. Ademais desses episódios de fortalecimento da sua aliança, a Arábia Saudita e os Estados Unidos mantêm a cooperação, principalmente a nível regional para atingir ambos objetivos.

Já no caso do Irã, sua política de alianças se forma de maneira distinta. Este se mostra como um ator mais independente desde sua Revolução, posicionando-se contra o alinhamento tanto com os Estados Unidos como com a União Soviética à época de Guerra Fria. Atualmente possui afinidade com duas grandes potências do globo: a Rússia e a China. Com a primeira, tem grande relações, pois apresenta-se como uma das grandes fornecedoras de armas para o Irã. Além disso, a Rússia é uma aliança-chave para o fortalecimento do governo de al-Assad.

A China possui conflitos internos com uma parcela de sua população que é sunita e, portanto, o país vê no Irã um aliado xiita contra os rebeldes sunitas de seu território. Ainda, a potência chinesa é a maior compradora de petróleo iraniano, o que assegura suas boas relações. O país continua a consumir esse fósil do Irã, apesar de vários países terem sido proibidos de adquiri-lo em uma sanção econômica advinda dos Estados Unidos.

Após analisado o cenário de um espectro macro, podemos voltar a identificar características da ingerência saudita e iraniana na Síria no período em que teve início a Primavera Árabe.

O Irã, como visto ao longo desta pesquisa, participa do conflito sírio apoiando o governo de Bashar al-Assad. Sua ingerência nele se dá pelo financiamento do governo,

---

<sup>18</sup> Guerra ao Terror foi uma operação que surgiu do governo norte-americano de Bush no pós 11 de setembro. Ela baseava-se em invasões a certos territórios do Oriente Médio, justificadas pela suposta necessidade de combater o terrorismo que motivou os ataques aos Estados Unidos.

tanto econômico como quanto com o envio de armas para o exército. Além do material militar, o Irã enviou a Forças de Reforço da Lei (LEF) e Islamic Revolutionary Guard Corps (IRGC), estruturas militares iranianas para reforçar o governo sírio de al-Assad. É evidente que, tendo oferecido tal apoio para a Síria, o Irã não poderia deixar de expressar seu apoio público aos governantes, para que o Sistema Internacional identifique na Síria mais um país sob a zona de influência da República Islâmica.

Como já mencionado, o apoio do Aiatolá Khamenei à Síria fortalece o estreitamento de relações deste com a Rússia e, em menor escala, com a China. A defesa de Bashar al-Assad no conflito por parte da Rússia, além de tentar alcançar seus interesses, justifica-se pelo alinhamento russo-iraniano. A China, por outro lado, posiciona-se a favor do governo alauíta, mas não intervém diretamente no conflito. A aliança com o Irã e seu histórico de grande compradora de petróleo iraniano podem respaldar essa posição no conflito em questão.

Em contrapartida, a Arábia Saudita financia os grupos opositores ao governo instituído na Síria. Como os grupos são bastante irregulares e de difícil identificação, torna-se um pouco mais complexo para o Reino poder abastecê-los. No entanto, sabe-se que o governo saudita armou vários grupos e fortaleceu outros para que seguissem na luta pela conquista do território sírio por parte dos rebeldes. A monarquia também enviou prisioneiros de pena perpétua para atuarem como soldados e lutarem ao lado dos grupos de oposição.

Como visto ao longo da pesquisa e na tabela 1, os Estados Unidos foi um ator de grande predominância no que tange à Primavera Árabe no Oriente Médio e África Muçulmana, sempre provendo apoio político e econômico à Arábia Saudita, sua grande base no Mundo Árabe. No caso sírio não foi diferente: o envio de mais de 25 milhões de dólares para compra de material bélico ajudou a fortalecer os grupos rebeldes que opõe al-Assad e as sanções econômicas junto das pressões diplomáticas ao Irã – e, em consequência, à Síria - tinham como objetivo desestruturar o que ainda mantinha-se sobre o alicerce da família governante.

Em escala de Guerra Proxy, o Irã é apontado com utilizador da Síria como seu fantoche de guerra, ou seja, ditando as ações que deseja que ocorra no país para que os seus próprios interesses sejam alcançados. A Arábia Saudita, da mesma maneira, é

culpada por financiar os rebeldes para que estes sirvam de proxies em território sírio. Em consequência, o Reino não seria lesado por estar fisicamente distante do conflito.

Por serem Estados de grande riqueza energética, o Irã e a Arábia Saudita acabam por ser identificados como Estados em destaque na região. A importância que tem os recursos energéticos no século XXI dá aos países possuidores deles um grande poder de barganha e negociações favoráveis. Assim, o elo mantido pela Arábia Saudita e os Estados Unidos é em grande medida fortalecido pela grande quantidade de petróleo saudita e as vantagens que este proporciona à grande potência estadunidense. Da mesma forma, apesar das sanções econômicas impostas, o Irã continua a vender seu petróleo para a China, fortalecendo sua posição no Oriente Médio ao receber apoio de seu grande cliente, o Estado chinês.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Oriente Médio, desde os atentados do 11 de setembro em 2001, tem sido lembrado através da figura de Osama Bin Laden. No entanto, a chamada Primavera Árabe faz com que todo o globo, telespectadora dos noticiários, conheça um novo lado da região árabe. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, o Oriente Médio foi dividido entre o poderio inglês e o francês, seguindo o acordo de Sykes-Picot (1916). Esse ajuste secreto foi firmado entre ambas potências as quais lhes era atribuída uma esfera de influência na região quando o Império Otomano perdesse a Guerra.

A formação dos Estados Árabes e o estabelecimento de novos governos, portanto, foi delimitada pela vontade europeia. Os novos Estados tinham algo em comum: os governantes não tinham legitimidade frente ao povo. Ainda, vários dos consequentes processos de (tentativa de) independência ressaltaram o desejo popular de autonomia política, cujo estabelecimento era impedido pelo imperialismo europeu e mais tarde, pela potência norte-americana.

A partir da discussão desenvolvida neste trabalho, do histórico de relações sírio-iranianas e sírio-saudita, percebe-se que ambos países tiveram significativa participação no que tange à Primavera Árabe e posterior Guerra Civil na Síria. São inegáveis as posições adotadas tanto pela Arábia Saudita, diretamente respaldada pelos Estados Unidos desde o século XX, bem como pelo Irã, potência média que atua de forma mais autônoma, ainda sim recebendo apoio russo e chinês.

Como visto no capítulo 2, onde foram discutidas as raízes histórico-políticas da Primavera Árabe, observamos que o Irã fora, por um grande período de tempo, alinhado ao ocidente sob o comando dos Estados Unidos. Isso se deu principalmente durante o governo do Xá Pahlavi, que baseava sua forma de governar no alicerce imposto e exposto pelos estadunidenses. A Revolução Islâmica do Irã de 1979 de fato revolucionou o Estado iraniano, uma vez que todas as suas diretrizes foram modificadas. A mais nova e primeira República Xiita do mundo baseava-se nas premissas de não submissão ao ocidente e a potências imperialistas. Além disso, passou a trabalhar na expansão de suas crenças primeiramente pela região.

Essa atitude da nova República assusta a Arábia Saudita, que também é uma aliada dos Estados Unidos, inclusive em maior escala. O Reino, uma monarquia

conservadora que abriga importantes e sagradas cidades do islã desde meados do século XX, goza do status de confiável e segura. O anseio de tornar-se o polo de poder no Mundo Árabe era de fundamental importância para que sua ideologia sunita não fosse engolida pelo xiismo em ascensão na vizinhança.

Com o fim da Guerra Fria na dissolução da União Soviética e a queda do muro de Berlim, observa-se que o Sistema Internacional como um todo passou a se direcionar ao Oriente Médio, onde há pouco havia iniciado o que alguns autores chamam de Guerra Fria Árabe.

A nova fase que vivia o Oriente Médio possuía dois polos de poder. Os extremos eram simbolicamente representados pelo sunismo, no lado da Arábia Saudita, e pelo xiismo, por parte do Irã. O embate religioso possuía grande importância, uma vez que cada um dos polos desejava atestar que sua versão corânica era a correta. No entanto, não eram apenas as questões religiosas que acirravam o conflito. Várias questões seculares surgem para desequilibrar a região já marcadas pela divisão do Mundo Árabe no acordo secreto de Sykes-Picot e ainda abalada pelas influências externas do mundo pós Guerra Fria.

A oposição de ideologias, religião, postura diplomática e diretrizes entre o Irã e a Arábia Saudita pode ser identificada no caso da Síria. Os protestos que iniciaram em dezembro de 2010 e janeiro de 2011 pretendiam apenas clamar por mais liberdades no país. No entanto, inicia-se um cenário bastante turbulento. Aqueles que desejavam a queda de Bashar al-Assad foram fortemente apoiados pela Arábia Saudita, seus aliados regionais e grande parte das potências ocidentais. Isso se dá principalmente pela facilidade de diálogo e de vantagens que o Reino Saudita oferece aos seus clientes do petróleo e aliados. Por isso, estes almejavam a queda de al-Assad para que possivelmente um novo governo de similar ideologia subisse ao poder e lhes proveesse vantagens sobre o território da Síria.

A relação entre a Síria e a Arábia Saudita sempre fora oscilante. Com a morte do ministro libanês Rafiq al-Hariri e sua culpa atribuída à Síria, o Reino Saudita cortou as relações de vez, já que o mencionado político era um grande aliado saudita. Ademais, o desejo concreto dos Estados Unidos para que seus atores proxy dominassem a Síria e

esta rompesse a ligação que tinha com o Irã era a maior razão pela qual o a Arábia Saudita não concretizava suas relações com o Estado sírio.

Por outro lado, o Irã sempre fora aliado da família al-Assad, desde o governo de seu pai, Hafez, com o qual se aproximou no pós Revolução de 1979. Desde o governo de Hafez al-Assad a Síria fora aliada da República Islâmica do Irã. Isso a torna, em vários momentos da história, a única aliada árabe iraniana, fazendo com que este não pudesse perde-la. A aliança entre a Síria e o Irã iniciou-se no início da década de 1980, quando a Síria apoiou o Irã pós-revolucionário durante a Guerra Irã-Iraque e quando cooperaram na Guerra do Líbano e dela surgiu o Hezbollah. Apesar de sua agenda política divergir, a pressão externa que era exercida em Damasco para que esta quebrasse suas relações com Teerã fortaleceram ainda mais seus laços. O Irã providenciou à Síria mantimentos bélicos, petróleo barato, bem como assistência econômica e investimentos. Em troca, a Síria manteve as rotas de mantimentos aberta para os outros membros do Eixo da Resistencia, o Hamas e o Hezbollah, garantindo à República do Irã um lugar no conflito palestino-israelense (MOHNS; BANKS, 2017).

A similaridade de suas ideologias - xiismo e o alauísmo – é uma das principais motivações para a aproximação de ambos. Além disso, o apoio dos Estados Unidos ao Estado sionista de Israel e a tentativa de aproximar este da Turquia para isolar a Síria e o Irã também pode ser considerado como um impulso para a aproximação de ambos. A afinidade entre ambos governos e a necessidade de manter a síria como aliada para consolidar a rota que fornecia recursos e armamentos para o Hezbollah era e ainda é o que motiva o Irã a defender o status quo sírio.

Levando em consideração o embate entre as maiores potências da região em discussão, desencadeou-se uma não-fundada disputa pela liderança regional e, com base nesse enfrentamento, a hipótese traçada por esta pesquisa pode ser confirmada. A análise dos fatos atesta que a Arábia Saudita insiste na queda de Bashar al-Assad no governo Sírio para conseguir consolidar seu poder de influência regional e afastar o rival, Irã, da disputa por liderança. De outro modo, o Irã pretende expandir sua influência pelo Mundo Árabe através de seu regime islâmico instaurado na Revolução de 1979, influenciando os governos à sua volta a manterem-se no poder.

Vista de um amplo panorama, a crise na Síria que se desencadeou dos protestos da Primavera Árabe remetem a muito mais que apenas o desejo popular por singelas mudanças governamentais. A ingerência de fortes atores modificou completamente a direção das manifestações.

Como exposto na Figura 1, a formação do Arco Xiita representaria um cerco para a Arábia Saudita, que perderia consideravelmente sua força e prestígio político se cercada por um arco xiita fortalecido. Ainda, as chances de que a formação desse arco conseguisse atrair algumas petromonarquias para sua zona de influência são consideravelmente grandes, uma vez que elas se guiam pelas diretrizes de sua líder, a Arábia Saudita. Na mesma ótica, caso se estabelecesse um governo pró-ocidente aliado à Arábia Saudita, o Irã teria sua zona de poder significativamente reduzida, uma vez que a Síria é seu único Estado aliado. Além de perder um vizinho aliado, as rotas de abastecimento do Hezbollah se fechariam, enfraquecendo ainda mais o governo do Irã.

Como visto no capítulo 3, a formação da oposição do governo sírio foi bastante dispersa, dificultando uma unidade em um poder central que comandasse suas ações. Por isso, os grupos rebeldes escalados iam aos poucos dominando algumas partes do território sírio, mas em sua maioria quase desorientados. Isso dificultou a ingerência de atores externos, por não conseguirem diferenciar os aliados dos opositores. Apesar disso, a Arábia Saudita tinha o poder diplomático de decretar sanções econômicas ao governo de al-Assad, uma vez que tinha a liderança da Liga Árabe em suas mãos.

A ingerência à Primavera Árabe não foi pouca. A Arábia Saudita financiou os opositores, mesmo que em grupos desmembrados, enviou armas e recrutou soldados para que tomassem parte do conflito e atuassem para expulsar Bashar al-Assad do governo Sírio. De forma ainda mais significativa, os Estados Unidos enviaram grandes quantidades de dólares para compra de beligerantes, sancionou economicamente o Irã e a Síria, exercendo também fortes pressões diplomáticas sobre os dois.

Em contrapartida, o Irã financiou e talvez continue financiando o governo de seu aliado al-Assad, além de apoiá-lo publicamente. O envio de tropas treinadas e equipe de treinamento também fora confirmada nesta pesquisa. Além do grande apoio

iraniano, o governo dispôs de ajuda militar russa, através de ataques aéreos em zonas então dominadas por grupos opositores.

Face ao exposto, considera-se importante salientar que os interesses tanto do Irã como da Arábia Saudita eram de manter a sua liderança regional e conseguir expandir sua influência, anulando a expansão do inimigo. Desse modo, houveram interesses geopolíticos na ingerência à Primavera Árabe, mas também são inegáveis os anseios ideológicos. O primeiro item pode ser justificado pelo fato de que nenhum dos atores em discussão poderia deixar o outro dominar a região. Caso isso ocorresse, o seu poder estaria em risco. Na sequência, evidenciamos que o interesse ideológico do Irã e da Arábia Saudita é praticamente o mesmo: expandir ao máximo sua visão religiosa e impedir que a ideologia oposta se dissemine.

As perspectivas para a crise da Síria são negativas. A probabilidade de que se finde o conflito sem deixar profundas marcas na estrutura governamental é quase nula. O Irã não abandonará o regime de al-Assad pelos já mencionados motivos: o temor de que um governo pró-americano se instale em Damasco e medo de ter sua influência barrada e não conseguir expandir seu poder para o Líbano e alguma parcela do território palestino.

De mesmo modo, sob perspectiva saudita, não veremos um recuo do Reino e de seus aliados, principalmente pelo fato de que com o seu afastamento, o Irã provavelmente tomaria parte desse vácuo de poder formado. Assim, estaria muito mais fortalecido na região com a aliança do eixo da resistência estruturado. A Arábia Saudita estaria cercada pelas zonas de influência iraniana, onde ela seria praticamente o único poder sunita, não tendo como recorrer à estados aliados mais distantes por ajuda.

O agravamento da questão síria pode ser justificado pela expansão do EI. Isso força a formação de uma coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos com o objetivo de deter e destruir a organização, passando a usar do espaço aéreo para aplicar ataques contra o Estado Islâmico. O surgimento desta organização dita islâmica justifica-se como um preenchedor derivada de um recuo do governo de al-Assad. Assim, o EI conseguiu mais espaço para fortalecer e criar novas alianças, especialmente após dominarem importantes reservas de óleo e gás iraquianos e sírios (FERNANDINO, 2017).

Constata-se, portanto, que o objeto da Guerra Fria entre Irã, Arábia Saudita e os outros atores envolvidos não é o de exclusivamente derrotar militarmente seus inimigos com o qual guerreiam, mas sim permitir que seus fortes aliados possam explorar as fortunas provenientes de solo de Estados fracos e assim, construir uma boa influência regional. Desse modo, a Guerra Fria Regional no Oriente Médio expandiu-se com a Primavera Árabe, uma vez que se tornou ainda maior a disputa por influência em um Oriente Médio revirado pelos protestos em massa iniciados em 2011.

## REFERÊNCIAS

ABRAHAMIAN, E. Iran between two revolutions. Princeton: **Princeton University Press**, nov./ 1982.

ADIGBUO, E. National Role Conceptions: A new trend in Foreign Policy Analysis. Delta State University, Abraka. Disponível em:  
<[http://wiscnetwork.org/porto2011/papers/WISC\\_2011-647.pdf](http://wiscnetwork.org/porto2011/papers/WISC_2011-647.pdf).> Acesso em: 3 abr. 2019.

AFZAL, M; MUSHATAG, A. Arab Spring: Its Causes and Consequences. Departamento de História e Estudos Paquistaneses, **Universidade GC**, Faisalabad, 2017.

AKGUL, N. From stillness to aggression: The policy of Saudi arabia towards Syria after the arab spring. **International Journal of Humanities and Social Science**. Bayburt, vol. 6, n. 9, pp. 39-42, set. 2016.

BECK, M; HUSER, S. Political Change in the Middle East: An attempt to analyze the “Arab Spring” 2012. **GIGA Research Unit: Institute of Middle East Studies**, Hamburg, número 203, 2012.

BLOOM, C. The Classification of Hezbollah in Both International and Non-International Armed Conflicts. *Annual Survey of International & Comparative Law*. São Fransisco, Vol. 14. Artigo 5. p. 63-97, 2008.

BLANGA, Y. Saudi Arabian’s motives in the Syrian War. **Middle East Policy**, vol. 24, n. 4, pp. 45-62, jan.-maio 2017.

BRONSON, R. *Thicker than oil: America’s uneasy partnership with Saudi Arabia*. New York: Oxford University Press, 2016.

CERIOLO, L. *A rivalidade entre Irã e Arábia saudita através da teoria dos papéis após a primavera árabe: os casos do Bahrain e do Iêmen*. 2016.112f. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CHUBIN, S. Iran and the Arab Spring: Ascendancy Frustrated. **GRC Gulf Papers**. Tóquio, 2012.

COSTA, R. Hezbollah: Organização Terrorista ou Anseio de uma Nação? ResearchGate, Porto Alegre, p. 1-39, jan. 2004. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/209427377\\_Hezbollah\\_Organizacao\\_Terrorista\\_ou\\_Anseio\\_de\\_uma\\_Nacao](https://www.researchgate.net/publication/209427377_Hezbollah_Organizacao_Terrorista_ou_Anseio_de_uma_Nacao)>. Acesso em: 08 out. 2019.

CUADRO, M. Las relaciones en el Golfo después de la “Primavera Árabe” y su impacto en la región. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**. Bogotá, vol 11, 111-135, julho-dezembro, 2016.

DIEMEN, R. Does the state control the religion or does religion control the state? Politics and Religion in Saudi Arabia. *Politics and Religion*, Loughborough University, 2012.

EILTS, Hermann Frederick. Saudi Arabia's Foreign Policy. In: *Diplomacy in the Middle East: the international relations of Regional and outside powers*. Brown, Carl (Ed.). London: I. B. Tauris, 2004.

FERNANDES, H. As novas guerras: o desafio da Guerra Híbrida. *Revista de Ciências Militares*, novembro de 2016. Volume 4, p. 13-40. Disponível em: <<http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes>>. Acesso em: 2 maio, 2019.

FERABOLLI, S. Relações Internacionais do Mundo Árabe. Os desafios para a realização da Utopia Pan-Arabista. Segunda edição. Curitiba: Juruá, 2013.

FERNANDINO, C. A expansão do Estado Islâmico no Iraque e na Síria. *Fronteira: Revista De iniciação científica Em Relações Internacionais*, Belo Horizonte, v. 16, n. 31, p. 7 - 27, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/14150>>. Acesso em: 28 out. 2019.

FIGLIARELLI, R; VISENTINI, P. Um Irã no meio do caminho. *Boletim de conjuntura NERINT*, Porto Alegre, v.3 n. 9, p. 1-99, abr.- jun./ 2018.

FRANCA, M. SÍRIA: Analisando a evolução do conflito através das Relações Internacionais. *Monografia* - Faculdade Damas Da Instrução Cristã – FADIC, Recife, 2017.

FUSER, I. O petróleo e a política dos EUA no Golfo Pérsico: a atualidade da Doutrina Carter, 2016. Disponível em: <[http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v17\\_18\\_igor.pdf](http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v17_18_igor.pdf)> Acesso em: 13 abr. 2019.

GAUSE III, F. Beyond sectarianism: The new Middle East Cold War. Brookings Doha Center Analysis Paper, número 11, jul. 2014.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOODARZI, J. Syria and Iran: Diplomatic Alliance and Power Politics in the Middle East. 1 ed. Londres: IB Taurus, 2006.

HAYNES, J. An Introduction to International Relations. **Routledge**, Nova York, 2013, 2 ed.

HEIKAL, Mohamed. The Sphinx and the Commissar. **New York: Harper & Row, 1978.**

HOKAYEM, E. Syria's uprising and the fracturing of the levant. Routledge, Londres, vol. 1, n. 1, pp. 28-43, 2013.

HOWARD, P. et al. **Opening Closed Regimes: What was the role of social media during the Arab Spring?** Washington University, 2011.

HOLSTI, K. National Role Conceptions in the Study of Foreign Policy. **International Studies Quarterly**. Vol. 14, pp. 233-309. Set, 1970.

IBISH, H. What's at stake for the Gulf Arab States in Syria. **The Arab Gulf States Institute in Washington**, Washington, vol. 6, pp. 1-23, jun. 2016.

KLARE, M. **Resource Wars – The New Landscape of Global Conflicts**. Nova York: Owl Books, Henry Holt and Company, 2000.

LESCH, David. 1979 The Year that Shaped the Modern Middle East. Oxford: **Westview Press**, 2001.

MABON, Simon. **Saudi Arabia and Iran: Power and Rivalry in the Middle East**. Editora IB Tauris, Londres, 2016.

MAGALHÃES, E. *Geopolítica e projeto nacional de desenvolvimento: Arábia Saudita, Egito, Irã e Iraque no contexto da Guerra Fria*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015

MELOS, A.; ROBERTO. W.; The Situation regarding non-state military actors in the middle east. **UFRGS Model United Nations**, Porto Alegre, v. 2, 248- 293, 2014.

MIKAELIAN, S; SALLOUKH, F; **Fragile Politics: Weak States in the Greater Middle East**. Londres: Hurst & Company, 29. Fev. 2016.

MOHNS, E; BANK, A. Syrian Revolt Fallout: End of the Resistance Axis? **Middle East Policy Council**, v. 19, n. 3. 2017. Disponível em: < <https://www.mepc.org/syrian-revolt-fallout-end-resistance-axis>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

OLSSON, G; WILDNER, E; Os movimentos terroristas como atores não estatais e o exercício do poder simbólico. **Revista da Faculdade de Direito UFMG**. Belo Horizonte, n. 72, pp. 293-327, jan/jun. 2018.

PEREIRA, T. Os Guardiões da Pátria: O Exército Árabe da Síria e sua relação com o Povo e o Estado. **Revista de Geopolítica**, v. 5, nº 1, p. 44 - 58, jan./jun. 2014.

PERTHERS, V. Europe and the Arab Spring, **Stiftung Wissenschaft & Politik**, pp. 73-84, Berlin, Nov./ 2011.

PETTER, S. "Intervenções dos Estados Unidos da América e da Rússia na Guerra Civil da Síria de 2011 a 2016". 2017. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 03 jul. 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10737/1770>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

PINTO, A. Arábia Saudita. *In*: Feire, M. (coord.). **Política Externa: As relações em mudança**. 2. ed. Lisboa: 2011.

RICCI, C. Primavera Árabe na Síria: A correlação de forças na evolução das revoltas populares à Guerra Civil síria. **Revista GAE-OMAM**, n. 1, ano 01, jul./dez, 2016.

RYDELL, M. Syria: Iran's and Saudi Arabia's new playground? Department of political Science, Lund, 2017. Acesso em: 10 ago. 2019. Disponível em: <<http://lup.lub.lu.se/student-papers/record/8909212>>.

ROBERTO, W. *A política externa do Irã e o impacto do conflito na Síria: Alterações geopolíticas regionais e a estratégia iraniana*. 2015. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

\_\_\_\_\_. O Papel Russo na Crise Síria e sua Decorrência Internacional. Revista perspectiva: reflexões sobre a temática, Porto Alegre, v. 5, n. 9, ago./set. 2012.

ROBERTO, W; VISENTINI, P. As consequências da Guerra na Síria para o Irã: impactos para a sua estratégia regional no Eixo da Resistência. **Brazilian Journal of International Relations**, vol. 4, ed. 1, 2015.

SANT'ANA, P. Consequências da Primavera Árabe na Síria: uma nova diáspora em questão? **Revista de Geopolítica**, v. 9, n. 1, p. 68-79, jan./jun. 2018.

SEITENFUS, R. Ingerência ou solidariedade? Dilemas da ordem internacional contemporânea. **São Paulo em perspectiva**, p. 12-26, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n2/12107.pdf>> . Acesso em: 12 abr. 2019

SILVA, I. *Guerra e construção do Estado na República Democrática do Congo: A definição militar do conflito como pré-requisito para a paz*. 2011. 148f. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SOARES, J. A Guerra civil na Síria: atores, interesses e desdobramento. **OCI, Série Conflitos Interacionais**, v. 5, n.1, fev. 2018.

SKEZELY, O. Hezbollah's Survival: Resources and Relationships. *Middle East Policy*, vol. 9, n. 4, jan-maio 2012.

TERRIL, A. The Saudi- Iranian rivalry and the future of middle east security. **Strategic Studies Institute**. Carlisle Barracks, 2011.

TORRES FILHO, E. O papel do petróleo na geopolítica americana. **Economia Política Internacional**: Análise Estratégica, n. 2, jul/ set 2007

UNITED STATES DEPARTMENT OF THE TREASURY (USDOT). **Briefing on the Designation of Hezbollah for Supporting the Syrian Regime**. Ago. 2012. Disponível em: <<https://20092017.state.gov/r/pa/prs/ps/2012/08/196335.html>>. Acesso em: 8 set. 2019

\_\_\_\_\_. Treasury Sanctions al-Nusra Front Leaders, Militia Groups in Syria, dez. de 2012. Acesso em: 9 set. 2019. Disponível em: <<http://iipdigital.usembassy.gov/st/english/article/2012/12/20121211139861.html#axzz2M2qKngyq>>. Acesso em: 6 set. 2019.

VISENTINI, P. **O Grande Oriente Médio**: da descolonização à Primavera Árabe. Porto Alegre: Editora Campus, 2014.

YERGIN, D. **A busca: Energia, segurança e a reconstrução do mundo moderno**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.